

REVISTA

TRANSPARÊNCIA

PUBLICAÇÃO DO IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

ANO 9 Nº 36 R\$ 25,00

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS PARA 2020

TRABALHO TEMPORÁRIO

Em artigo inédito,
José Eduardo Pastore
explica o que mudou

THOMAS SEIDENSTEIN

Presidente do IAASB
discute o futuro
da profissão

HENRIQUE LUZ

Presidente do IBGC
é Contador e cultiva
inúmeras paixões



No mundo do futebol, o BRASIL é top graças ao Mané que consagrou Pelé.

FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 500 escritórios em 80 países.



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

29 anos

Independent Member of
B K R
International



55 21 2156-5800

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG

novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br | www.lopemachado.com



Legado e esperança

O ano que se inicia promete ser realmente melhor. Pelo menos, esta é a projeção de sete especialistas que, na matéria de capa desta edição, comentam as perspectivas econômicas para 2020. Eles confiam que a “lição de casa” feita em 2019 começará a surtir efeito. Ou seja: apesar de um cenário mundial que não será dos mais favoráveis, teremos tudo para retomar o crescimento, gerar empregos e voltar a atrair investimentos internacionais.

E um país que cresce precisa de normas contábeis que façam jus a essa maturidade. O Ibracon tem feito seu papel no sentido de contribuir para que o Brasil continue a se sobressair de forma positiva neste âmbito. Mas nem sempre é fácil realizar adequações e aderir às novas normas, como bem demonstra o estudo sobre os impactos da adoção da Norma IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Realizado pelo Instituto com foco nas 100 empresas com mais ações negociadas na B3, o levantamento analisa as dificuldades enfrentadas por essas organizações na adesão.

Vale lembrar que, quando falamos em adesão às normas internacionais e boas práticas, estamos mencionando, ainda que indiretamente, o legado de alguns dos nomes fundamentais na construção da Contabilidade e da Auditoria Independente no Brasil. A seção Memória, que inauguramos a partir deste número, surge para preservar legados. O fim de um ciclo e o início de um novo ano pareceu-nos o momento ideal para recordar que cada progresso é fruto de um esforço anterior, de uma semente lançada em terreno fértil por pessoas que merecem ser lembradas e valorizadas.

E, por falar em pessoas, não deixem de conferir a entrevista exclusiva com o presidente do IAASB, Thomas Seidenstein: ele fala sobre novas tecnologias, convergência de normas contábeis e o futuro da profissão. Prestigiem também o Perfil de Henrique Luz, presidente do IBGC. Formado em Contabilidade, ele fala sobre seu amor pela arte e pelas causas sociais.

Espero que estes e os demais temas escolhidos para a última Revista Transparência de 2019 despertem em você, leitora e leitor, a vontade de começar 2020 com otimismo e garra. Porque somos nós, as pessoas, com nossos trabalhos, estudos e projetos, os verdadeiros responsáveis por transformar o mundo e a realidade à nossa volta.

Façam uma boa leitura, e até o próximo número!

Francisco Sant’Anna
PRESIDENTE DO IBRACON



Foto: Sérgio de Paula/Thaiane de Paula

Nesta edição

Perspectivas econômicas

12

O que esperar de 2020

Sete especialistas comentam sobre as perspectivas para 2020 e mostram-se otimistas: reformas macroeconômicas devem surtir efeito e gerar crescimento de até 2%

Entrevista

Thomas Seidenstein, presidente do IAASB, fala sobre novas tecnologias, convergência de normas contábeis e o futuro da profissão

6



Trabalho temporário

Novas regras são explicadas em artigo de José Eduardo Pastore, um dos principais nomes do Direito Trabalhista no Brasil



18

Presença internacional

Ibracon participa de um dos mais antigos eventos da Contabilidade mundial e de encontros técnicos na Colômbia



22

Perfil

MPB, artes plásticas, golfe, literatura e Contabilidade: os múltiplos interesses de Henrique Luz, presidente do IBGC



24

Viagem a Londres

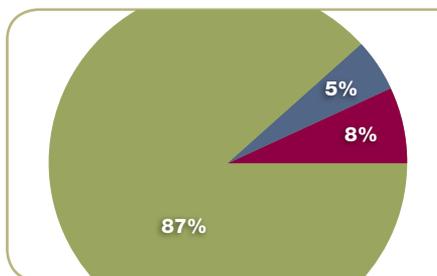
Vencedores do 8º Prêmio Transparência falam sobre a participação em eventos técnicos e atividades culturais



30

IFRS 16

Convergência à norma é mais complexa do que se imaginava, aponta estudo realizado pelo Ibracon



36

Memória

Nova seção traz relatos de Contadores que ajudam a contar a história da profissão



30



“A profissão de Auditor é uma das principais bases do sistema financeiro global”

Na presidência do IAASB desde julho de 2019, Thomas Seidenstein analisa, em entrevista exclusiva, temas como novas tecnologias e convergência de normas contábeis

Thomas Seidenstein assumiu a presidência do Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Asseguração (IAASB) em 1º de julho de 2019. Sucessor de Arnold Schilder, que esteve no cargo por sucessivos mandatos, ele é apontado pelos seus pares como um líder colaborativo e vocacionado para a construção de consensos.

Anteriormente, Seidenstein foi diretor Operacional da International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation), onde liderou o processo de revisão e reforma da governança da organização e trabalhou em estreita colaboração com

os reguladores para apoiar a adoção global das IFRS.

Mestre em Políticas Públicas pela Harvard Kennedy School e graduado pela Universidade de Princeton, Seidenstein foi vice-presidente sênior de Estratégia, Inovação e Gerenciamento de Capital da Fannie Mae, uma das principais fontes de financiamento do mercado imobiliário nos EUA.

Na entrevista a seguir, concedida exclusivamente para a Revista Transparência, Seidenstein fala sobre seu papel no IAASB e analisa a importância de haver um alinhamento internacional das normas contábeis.



**O ESTABELECIMENTO
DE NORMAS É UM
PROCESSO TÉCNICO,
MAS É IMPORTANTE
ESTARMOS
CONSCIENTES DE QUE
SUAS CONSEQUÊNCIAS
TÊM UM IMPACTO
SOCIETÁRIO
SIGNIFICATIVO**

RT – Fale um pouco sobre o Sr., sua trajetória em Contabilidade e sua chegada ao IAASB.

TS – A primeira coisa a saber sobre mim é que não sou formado em Ciências Contábeis. Isso não significa, porém, que eu seja um recém-chegado ao universo de emissão de normas internacionais ou ao mundo da Contabilidade. Meu primeiro esforço no estabelecimento de normas contábeis começou há 19 anos, quando trabalhei com Paul Volcker e o Conselho Curador daquilo que se tornaria a IFRS Foundation, para organizar o International Accounting Standards Board (IASB). Depois de estabelecer o IASB, conduzi, durante os 10 anos seguintes, as operações da Fundação, cuidei da governança em nome do Conselho Curador e impulsionei a execução da estratégia da organização.

RT – O Sr. tem também uma carreira profissional

de sucesso. Comente a respeito, por favor.

TS – Sim. No começo de 2012, ingressei no grupo de estratégia da Fannie Mae, principal instituição de financiamento hipotecário nos Estados Unidos. Terminei por liderar as equipes de estratégia, inovação empresarial e gerenciamento de capital. Acredito que essa experiência no setor privado seja particularmente útil para a sugestão de novas abordagens para o estabelecimento de normas.

RT – E como sua trajetória profissional interage com sua atuação nas entidades representativas da profissão?

TS – Tanto na IFRS Foundation quanto na Fannie Mae, sempre fui atraído por organizações e funções que contribuem positivamente para a efetividade do mercado. A profissão de Auditor é uma das principais bases

do sistema financeiro global. O trabalho do IAASB, de desenvolver e manter normas de alta qualidade consistentes com o interesse público, mostra-se vital para ajudar a garantir a confiança na economia mundial.

RT – Quais serão suas diretrizes principais como dirigente do IAASB?

TS – O estabelecimento de normas é um processo técnico, mas é importante estarmos conscientes de que suas consequências têm um impacto societário significativo.

Acredito que os Auditores desempenhem um papel crítico no funcionamento efetivo dos mercados, e que o IAASB, juntamente com nossos muitos *stakeholders*, pode e deve exercer um importante papel no reforço e possível restauração da confiança nas instituições. Reforçar a confiança do público deve ser o cerne do nosso trabalho.

Se tivermos êxito em renovar a confiança, ajudaremos a inspirar uma nova geração de Auditores e mostraremos aos *stakeholders* o real valor da atividade pautada por elevados padrões de qualidade.

RT – Quais desafios o Sr. espera encarar à frente do IAASB e como pretende superá-los?

TS – Em primeiro lugar, o consenso em torno de normas globais está ameaçado. Compreendo que um país sempre precisará reservar-se o direito de adaptar a contabilidade à realidade local, mas estou preocupado com o potencial de fragmentação caso ocorra um número muito grande de países acreditar que as normas não estão correspondendo às suas expectativas. Devemos confrontar os pontos fracos nas normas, quando identificados, lidar com a

**ACREDITO QUE UM
COMPROMETIMENTO
COM O SERVIÇO
PÚBLICO ESTENDE-
SE ALÉM DA VIDA
PROFISSIONAL**

complexidade crescente de nossas normas, modernizá-las para levar em conta o impacto da tecnologia e considerar cuidadosamente a demanda por Auditoria de informação não financeira. Em segundo, considero fundamental equilibrar a diversidade de visões dos *stakeholders* no que tange às questões de interesse público. Um dos marcos do estabelecimento de normas é justamente a necessidade de confrontar visões distintas. Veja-se, por exemplo, a questão de desenvolver o tipo certo de normas para entidades de menor complexidade. É uma questão vital, premente, para muitos de nossos *stakeholders*. Mas existem muitos da comunidade regulatória dos valores mobiliários que não veem esse projeto como uma prioridade. Finalmente, em terceiro lugar, a estrutura do IAASB está sob escrutínio. Quando me perguntam sobre a revisão da governança de nossa organização, digo sempre que vamos operar sob a regra de “controlar o controlável”. Outros poderes terão a palavra final – e, até que o façam, temos que ir em frente com nosso trabalho. O importante é que dispomos, para o estabelecimento de normas, de um corpo independente, com recursos adequados e apto a agir pelo interesse público. Ao mesmo tempo, nós, do IAASB, precisamos demonstrar continuamente que somos merecedores da confiança que muitos depositam em nós.

RT – O Sr. pensa que o papel do Auditor Independente está condenado ao desaparecimento, como alguns especialistas afirmam? Por favor, justifique sua resposta.

TS – Acredito no papel essencial do Auditor Independente para reforçar a confiança nos relatórios externos e para aperfeiçoar o funcionamento eficiente dos mercados. É importante que as normas deem apoio aos que buscam a verdade e se comprometem a agir dentro do mais elevado padrão ético.



Foto: divulgação

RT – O Sr. considera que a conformidade brasileira às normas contábeis internacionais está seguindo o ritmo, a velocidade e o alcance desejáveis?

TS – Como o quinto país do mundo em população, sexto em extensão territorial e oitava maior economia, o Brasil exerce um papel crucial no sistema econômico global. Reconhecendo o papel vital da profissão contábil, o Brasil adequou-se às normas de contabilidade e auditoria condizentes com seu porte e suas necessidades e capacidades. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é o órgão responsável no Brasil pela adoção de normas de Auditoria para todas as companhias, e optou pelas International Standards on Auditing (ISA), através de um processo de convergência. O CFC e o Ibracon desenvolveram um processo permanente para incorporar novas ISA e suas respectivas atualizações, à medida que se tornam disponíveis. As normas são traduzidas, revisadas e emitidas como normas brasileiras de auditoria. Um processo de convergência exige muito tempo e recursos, usualmente incluindo consultas aos *stakeholders*. Esse processo de convergência é importante e, a meu ver, oportuno. Ressalto que o IAASB busca dar o máximo de apoio possível e acredita que adotar normas internacionais seja o meio mais efetivo de responder à incessante globalização do mundo dos negócios, evitando os custos econômicos e a arbitragem regulatória decorrentes

de uma fragmentação de normas. Finalmente, não posso deixar de agradecer os esforços e contribuições substanciais dos profissionais contábeis brasileiros à causa das normas internacionais de alta qualidade.

RT – Além do IAASB, em quais outros organismos profissionais o Sr. tem uma presença ativa?

TS – Acredito que um comprometimento com o bem comum/interesse público estende-se além da vida profissional. Por isso, eu me mantenho ativo em várias atividades filantrópicas. No momento, atuo como presidente da Alumni Association e sou um dos curadores da Hotchkiss School, uma escola situada em Connecticut, Estados Unidos. Até ingressar no IAASB, fui conselheiro do International Valuation Standards Council, importante órgão de estabelecimento de normas no ecossistema de relatórios financeiros. Em Washington, estou envolvido com a Washington Nationals Youth Baseball Academy, uma entidade que faz do beisebol e do *softball* instrumentos para promover um desenvolvimento positivo de caráter, conquistas escolares e uma saúde melhor entre jovens de comunidades carentes.

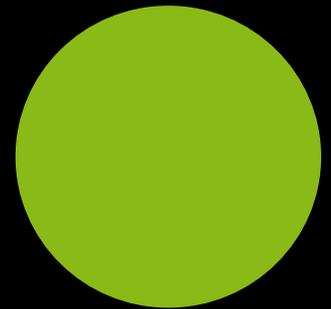
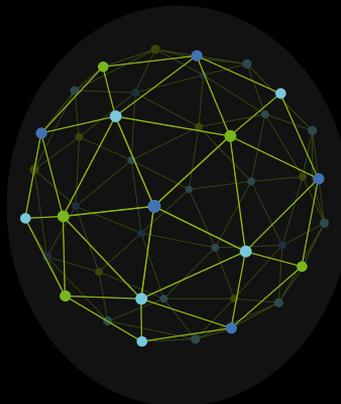
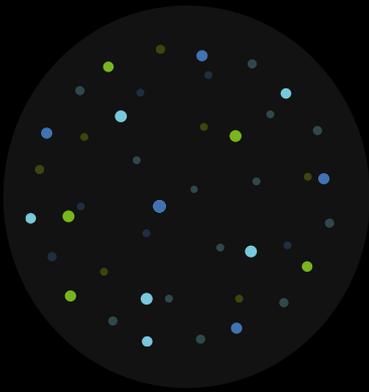
RT – Considerando as novas tecnologias, qual o seu ponto de vista sobre a profissão no presente e no futuro, e quais características os Auditores deverão possuir para fazer frente a esse novo momento?

TS – É inevitável o rápido avanço da tecnologia em todos os aspectos dos negócios, e o mundo da Auditoria e dos relatórios financeiros não pode ser diferente. As companhias estão adotando novas tecnologias e acessando e utilizando novas fontes de dados para tomar decisões fundamentais e direcionar relatórios externos. Os Auditores precisam acompanhar o ritmo desses desenvolvimentos. Além disso, eles próprios estão adotando novas tecnologias e técnicas para apoiar o seu trabalho. Enquanto estabelecimentos de normas, precisamos monitorar de perto esses desenvolvimentos e assegurar que não estamos sufocando a inovação produtiva.

RT – A tecnologia será aliada ou vilã do Auditor do futuro?

TS – Como estou no início do meu mandato e formulando minha visão sobre o assunto, tenho muitas perguntas acerca dessa questão. A priori, creio que será aliada. Mas, se a tecnologia exercer um efeito disruptivo sobre o papel da Auditoria e da Contabilidade, como os emissores de normas responderão a isso? No momento, estamos lidando em escala crescente com questões tecnológicas. Mas precisamos trabalhar com um conjunto mais amplo de *stakeholders* para entender como seria o mundo da Auditoria se as coisas derem um grande passo à frente no uso de tecnologia, *machine learning* e outras formas de inteligência artificial. ✓

**É INEVITÁVEL
O RÁPIDO AVANÇO
DA TECNOLOGIA EM
TODOS OS ASPECTOS
DOS NEGÓCIOS, E O
MUNDO AUDITORIA
E DOS RELATÓRIOS
FINANCEIROS NÃO
PODE SER DIFERENTE**



Para construir um ecossistema,
conecte os pontos.

Repensar estratégias, criar alianças para o futuro e
acelerar a inovação. É complexo, mas a Deloitte mostra
as possibilidades e transforma seu negócio.

[Deloitte.com/MakeYourImpact](https://www.deloitte.com/MakeYourImpact)

Deloitte.



Brasil 2020

Sete especialistas ouvidos pela Revista Transparência acreditam que as reformas macroeconômicas começarão a surtir efeito no próximo ano e projetam crescimento de até 2%

Quando o ano de 2019 começou, havia grande expectativa em torno da adoção de uma política econômica de viés mais liberal, com foco em redução do gasto público, realização de reformas estruturais – sendo a da Previdência a mais importante delas – e um amplo programa de privatizações. As projeções dos analistas ressaltavam três aspectos: retomada do crescimento, queda dos juros e estabilização do câmbio em torno de R\$ 3,50.

Por uma série de circunstâncias, muitas delas externas ao Brasil – a economia mundial está menos dinâmica hoje do que, por exemplo, 15 anos atrás –, os prognósticos não se confirmaram. Pelo menos, não plenamente: embora a Bolsa de Valores tenha batido sucessivos recordes ao longo do ano, crescemos pouco, o desemprego permaneceu alto e o dólar ultrapassou os R\$ 4,00 em diversos momentos do ano.

Ao mesmo tempo, caminhamos com a reforma previdenciária, os juros efetivamente ficaram mais baixos e a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica que estabelece garantias para a atividade econômica de livre mercado, impõe restrições ao poder regulatório do Estado, cria direitos de liberdade

econômica e regula a atuação do Fisco federal, além de liberar pessoas físicas e empresas para desenvolverem negócios de baixo risco sem a necessidade de obter alvarás, licenças, autorizações e registros específicos, agilizando a abertura e o fechamento de empresas. “São medidas importantes para destravar a economia, que começarão a mostrar seus efeitos em 2020”, acredita André Rebelo, assessor para assuntos estratégicos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).



André Rebelo

Foto: divulgação Fiesp

CÂMBIO DESVALORIZADO

Segundo o economista, o movimento de desvalorização do câmbio sempre foi tido como um alerta negativo para a economia. “O que está acontecendo dessa vez é diferente”, ele pondera. “Na economia, você tem dois aceleradores: política monetária e política fiscal. Sucessivos governos aceleravam muito na política fiscal e, para compensar, aumentavam os juros. Agora, com a economia caminhando mais devagar, estamos travando o acelerador da política fiscal. Conclusão: a taxa de juros não tem mais o papel de esfriar a economia, e pode ir para o lugar que efetivamente cabe a ela na sua relação com o restante do mundo”, explica Rebelo. “Em um mundo em que a taxa de juros brasileira é baixa para os padrões históricos, o câmbio tem que ser mais desvalorizado. Então, esse movimento do câmbio que vivemos em 2019 é de ajuste à nova realidade. E é uma taxa de câmbio desvalorizada que veio para ficar”, acrescenta.

RETOMADA DE CONFIANÇA

O presidente da BDO Brasil, Raul Corrêa da Silva, assinala que os sinais de retomada começam a aparecer nos indicadores econômicos, com aumento do índice de confiança e a diminuição do índice de desemprego. “Esses fatores já criam expectativas mais positivas no mercado”, afirma.

Dentre os fatores que contribuem para essa retomada, Silva menciona a viabilização das novas concessões na área de infraestrutura (portos, óleo e gás, aeroportos, ferrovias e rodovias): “Isso tem despertado o interesse de recursos estrangeiros para o País, que pode ser percebido pelo sucesso dos leilões realizados até o momento”, declara. “O volume de serviços de consultoria de compra e venda de empresas tem crescido significativamente. Além disso, nossos dados globais apontam ainda que o Brasil protagonizou 12 das 20 principais fusões e aquisições entre empresas do *middle market* na América Latina, ocorridas no segundo trimestre de 2018”, prossegue o executivo.

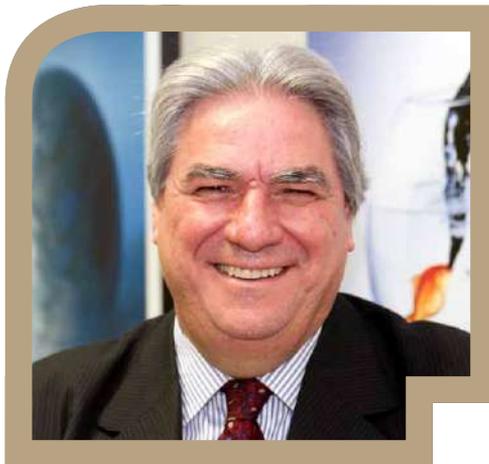


Foto: divulgação

Raul Corrêa da Silva

Ainda de acordo com ele, “embora ainda esteja abaixo dos indicadores de 2018, o fluxo financeiro gerado pelas transações na região durante o segundo trimestre de 2019 foi 13,1% superior ao do primeiro trimestre. A média por operação entre abril e junho foi de US\$ 94,6 milhões, contra US\$ 86,5 milhões de janeiro a março. No acumulado do ano, o segmento de mídia e tecnologia totalizou 23% das fusões e aquisições, seguido pelos setores de mineração e energia (19%) e indústria química e petroquímica (16%)”.

Viktor Andrade, sócio-líder de Fusões e Aquisições da EY Brasil, auxilia cotidianamente as companhias a serem vendidas, a captarem investimentos e a fazerem aquisições de outras empresas. Com essa experiência, ele corrobora a visão de Silva, da BDO: “Observo um número significativo de multinacionais querendo vir para o Brasil”, garante. “Há uma boa quantidade de investimentos que segue represada, mas acredito que o mercado de IPOs deve voltar a ter mais oferta de ações em 2020. E, embora algumas empresas



Foto: Duda Bairros

Viktor Andrade





tenham feito cortes, existe apetite por aquisições”, constata, salientando que “a recuperação deverá variar muito de setor para setor”.

Ainda de acordo com Andrade, a equipe econômica tem feito um bom trabalho: “O mercado privado vê com bons olhos a direção correta, sinalizada pela reforma da previdência e pela abertura do mercado para companhias aéreas estrangeiras, dentre outras iniciativas”.

INVESTIMENTO PÚBLICO X CAPITAL PRIVADO

Para o professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e sócio-fundador da Consultoria Stokos Economics Research, André Roncaglia de Carvalho, o Estado é importante para gerar dinamismo, e o corte severo nos gastos pode resultar em mais arrocho: “Falta investimento em manutenção dos ativos públicos.



Foto: divulgação

André Roncaglia de Carvalho

Prédios, pontes, estradas, sistema urbano etc. estão em rápida deterioração, e os governos municipais, estaduais e federal não têm planos para empreender uma retomada de investimentos que permita ao menos cobrir a depreciação do equipamento”, avalia. “Saúde, educação, infraestrutura, tudo isso é necessário e deficitário no Brasil”, destaca. “Obras e serviços empregam pessoas e geram renda. Um setor influencia o outro. Infraestrutura, por exemplo, é fundamental para o agronegócio e para a indústria”, exemplifica.

Mas Andrade, da EY, observa que o governo está “zerado”, sem capacidade de investimento. “Mesmo que quisesse, o governo não conseguiria injetar dinheiro na economia”, comenta. “O déficit de investimentos gira em torno de R\$ 1 trilhão, mas o Estado brasileiro não tem esse capital”, diz. “O que tem sido feito, e que eu vejo como muito positivo, é todo um esforço para liberar recursos que podem ser rapidamente injetados na economia, por meio do 13º salário para o Bolsa Família, do programa de privatizações, do combate aos desvios de recursos, do acesso ao saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço”, enumera.

“Em dezembro desse ano, o 13º do Bolsa Família deverá pagar R\$ 2,5 bilhões em benefícios. Até o final de 2019, também haverá a liberação de cerca de R\$ 40 bilhões dos saques de FGTS, que se somarão a mais R\$ 2 bilhões de saques do PIS/Pasep”, reforça Giovanni Cordeiro, economista-chefe da Deloitte. “Estados e municípios aumentarão seu orçamento com cerca de R\$ 24 bilhões provenientes dos leilões de exploração do petróleo, já em novembro desse ano. No total, esse volume de recursos supera em 50% o valor liberado, por exemplo, em 2017, quando os saques do FGTS foram inicialmente usados para dar mais dinamismo à economia”, continua Cordeiro. “Considerando um cenário em que, além de maior disponibilidade de recursos para o consumo, conta-se também



Foto: divulgação

Giovanni Cordeiro

com taxa de juros baixa e em expectativa de queda, o PIB poderá crescer 2% em 2020”, acredita.

Marcelo Cioffi, sócio da PWC, faz uma ponderação: “Apesar da taxa de juros baixa, existe o endividamento das famílias, que pode adiar o retorno ao consumo. Ao mesmo tempo, vemos anúncios significativos de investimentos, o que pode ser um sinal realmente positivo. Privatizações devem movimentar bastante o mercado”, comenta.

“Privatizações e parcerias público-privadas podem reconduzir o Brasil mais rapidamente a um ciclo de crescimento consistente”, concorda Andrade, da EY. “E ainda temos setores muito fortes, especialmente o agronegócio”.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Consolidada a reforma previdenciária, será a hora de mexer com outro tema sensível: o sistema tributário brasileiro, tido como um dos mais complexos do mundo.

Hoje, quando se somam todos os tributos municipais, estaduais e federais, chegamos a um total de 63 tributos e uma centena de “obrigações acessórias” (conjunto de documentos, registros e declarações que precisam ser submetidos ao Fisco em prazos pré-estabelecidos, sob pena de multa).

Atualmente, a União institui e recolhe impostos sobre importação, exportação, rendas e proventos de pessoa jurídica ou física, produtos industrializados – IPI (seletivo), imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativo a títulos ou valores mobiliários (IOF), entre outros; nos estados, a tributação incide, por exemplo, sobre bens móveis, operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e à propriedade de veículos automotores (IPVA); nos municípios, os tributos referem-se, dentre outras atividades, à propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e à prestação de serviços de qualquer natureza (ISS).

De acordo com o Banco Mundial, somos o país onde mais se gasta tempo calculando



Foto: Cleuber Dias Terrão

Marcelo Cioffi

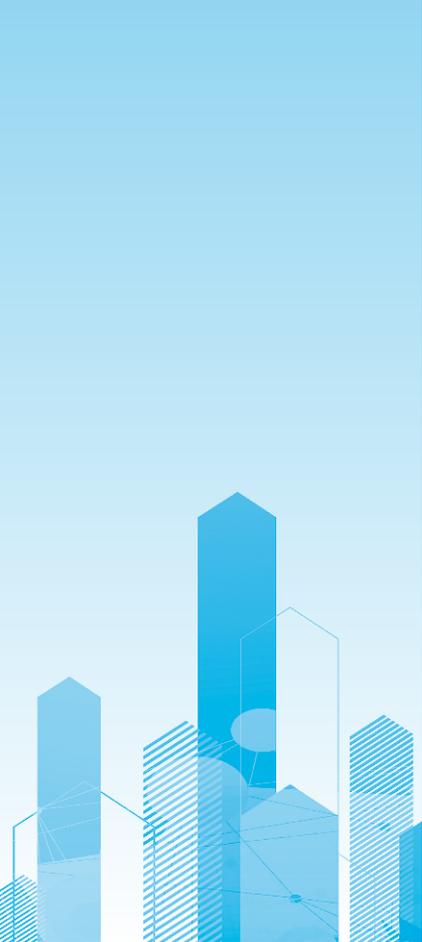
e pagando impostos: nossas empresas empregam, em média, 1.958 horas e R\$ 60 bilhões por ano para dar conta da burocracia tributária, e um a cada 200 funcionários atuantes no Brasil trabalha na área fiscal. Nos Estados Unidos, essa proporção é de um para mil; na Europa, de um para 500. A estrutura de tecnologia e recursos humanos que as empresas precisam montar para lidar com a burocracia consome cerca de 1,5% do seu faturamento anual, segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) divulgada em 2017.

O mesmo estudo nos informa que cada empresa tem que seguir cerca de 3.800 normas, e que 30 novas regras ou atualizações tributárias são editadas no país diariamente.

Em outubro de 2019, o relatório anual *Doing Business*, que mede o impacto das leis e regulações e da burocracia no funcionamento das empresas, apontou que o Brasil caiu da 109ª para a 124ª posição nos 12 meses compreendidos entre junho de 2018 e maio de 2019. O levantamento avalia o número de dias gastos na abertura de empresas, no pagamento de impostos, na obtenção de alvarás de construção, na conexão com a rede elétrica, no registro de uma propriedade, na obtenção de crédito e na execução de contratos e resolução de insolvência e, principalmente, no pagamento de impostos.

Trabalhos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) demonstram que o coeficiente fiscal médio dos países em desenvolvimento situa-se entre 15% e 20% do PIB. No Brasil, essa carga passa dos 30%.





Este é o contexto atual. Cioffi, da PWC, é enfático: “A reforma tributária precisa acontecer. E deve não apenas reduzir a carga, mas também caracterizar-se pelo menor contingenciamento”, enfatiza. “A gente não aguenta mais pagar tanto imposto, mas precisa reduzir a complexidade do sistema”, comenta.

MERCADO EXTERNO

A guerra comercial entre China e Estados Unidos, que dominou boa parte do noticiário mundial em 2019, deve se estender pelos primeiros meses de 2020. Cordeiro, da Deloitte, esclarece que esse conflito comercial tem favorecido as exportações brasileiras de grãos (soja e milho) ao país asiático. “Também temos exportado mais carne para a China, já que a produção asiática recuou com a febre suína africana. E este ponto ainda pode afetar o mercado global por anos, principalmente em questões fitossanitárias”, assevera.

Rebelo, da Fiesp, corrobora que a demanda da China cresce continuamente: “e quem tem fronteira agrícola para expandir produção é o Brasil. Na Fiesp, defendemos que o Brasil deve adotar uma posição de neutralidade em relação aos conflitos que envolvem outros países, porque podemos vender normalmente para todos”.

Andrade, da EY, considera que as polêmicas em relação à política ambiental brasileira, especialmente em relação às queimadas da Amazônia, são negativas, mas não as considera capazes de impactar significativamente a balança comercial brasileira. “É injusto creditar ao agronegócio brasileiro a responsabilidade por eventuais danos ao meio ambiente. Nosso agricultor é extremamente sério”, enfatiza.

Cioffi, da PWC, confia que o acordo entre o Mercosul e a União Europeia caminhará a passos mais largos em 2020, enquanto André Coutinho, da KPMG, defende que a comunicação do governo passe por alguns aperfeiçoamentos, de modo a tranquilizar o investidor externo: “o pessoal lá fora se preocupa com as negociações com o Congresso, com o risco de não ocorrerem as reformas

necessárias. Mas isso tende a mudar conforme ‘as lições de casa’ forem feitas”, defende.

CRESCIMENTO DE 2%

Todos os entrevistados desta reportagem sinalizaram que 2020 será um ano de recuperação econômica. “O mercado imobiliário, que ficou um bom tempo sem crescer, já está reaquecendo. O mesmo ocorre com o setor automotivo, que tem grande demanda repressada”, analisa André Coutinho, líder de Mercados da KPMG. “O consumo e o varejo têm mantido índices satisfatórios, apesar da crise, assim como o agronegócio. Aliás, os agricultores brasileiros estão de parabéns, porque não deixaram de produzir e seguiram investindo em melhoria dos processos produtivos. Os setores de saúde e educação têm também um grande potencial. Finalmente, vale ressaltar que a inflação baixa deve dar um fôlego para o consumo”, acrescenta.

“Na medida em que os acertos das medidas macroeconômicas se concretizarem, teremos espaço para crescer cada vez mais”, assegura André Rebelo, da Fiesp. “Tivemos dois anos de uma recessão forte e hoje enfrentamos uma questão fiscal que gera efeitos reais na economia, mas as coisas estão caminhando. Conseguimos aprovar uma reforma previdenciária bem abrangente e as perspectivas de privatização são promissoras”, ele destaca, lembrando, porém, que o processo de privatização leva tempo: “não existia uma estrutura para lidar com privatizações e a nova gestão está precisando criá-la. A demora é inevitável”.

Na avaliação de Giovanni Cordeiro, da Deloitte, a implementação gradativa da agenda de reformas deixa o mercado mais confiante: “a reforma da previdência sinaliza que o governo tem a capacidade de lidar com suas obrigações, atender seus compromissos financeiros e viabilizar as parcerias com a iniciativa privada no médio e longo prazos”, diz. “As reformas trabalhista e tributária, por sua vez, funcionam como um razoável simplificador aos olhos do investidor estrangeiro, podendo já no médio prazo intensificar ainda



Foto: divulgação

André Coutinho

mais a posição do Brasil como um importante destino de investimentos de empresas internacionais”, salienta.

Diante das perspectivas colocadas, André Roncaglia, da Unifesp, opta por uma projeção de 1 a 1,5% de crescimento em 2020: “o desemprego permanece elevado e a produção industrial não dá sinais de uma recuperação vigorosa”, explica.

Rebello, por sua vez, é mais otimista: “se em 2019, ano em que fizemos a reforma da previdência, enfrentamos a crise da Argentina e tivemos o desastre ambiental em Brumadinho (MG), dentre outros obstáculos, conseguiremos fechar em 1% de crescimento, parece razoável projetarmos uns 2% para 2020”, afirma. “O câmbio, quando desvaloriza, torna o importado mais caro e isso é bom para a indústria local. O setor da construção civil também começa a dar sinais de reaquecimento, principalmente em São Paulo. A queda dos juros é fundamental para incentivar o mercado de habitação. Então, estou vendo um movimento consistente rumo ao aumento de financiamento habitacional e de toda atividade associada a esse setor”, assinala.

O economista observa, no entanto, que a queda da Selic não se traduz imediatamente em crédito mais barato para a população: “temos um sistema bancário concentrado, que cobra um *spread* muito alto. Precisamos criar caminhos alternativos para esse dinheiro chegar ao consumidor e à empresa, só que isso demora, porque demanda a construção de um novo caminho”.

Roncaglia e Rebello são unânimes em reconhecer que a população está empobrecida em relação a 2014. “Mas, na comparação

com o ano passado, estamos 1% mais ricos”, diz o assessor da Fiesp. “Na medida em que eu tenho um juro mais barato com um prazo mais longo, eu consigo aumentar o financiamento da família sem comprometer a renda dela, e isso é muito positivo”.

Modernização: as PECs apresentadas em novembro

Em 5 de novembro, o Governo apresentou um pacote de medidas encampado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Resumidamente, trata-se de três propostas de emendas à Constituição (PECs) voltadas a flexibilizar o orçamento, elevar os repasses de recursos a Estados e municípios, revisar cerca de 280 fundos públicos e conter gastos em caso de crise orçamentária.

Por serem PECs, só poderão entrar em vigor depois de aprovadas pelo Congresso.

PEC do pacto federativo: dentre outras medidas, cria um conselho fiscal da República, uniformiza a interpretação de conceitos orçamentários e financeiros para evitar divergências entre tribunais de Contas dos Estados e dos municípios, desobriga a União de prover crédito para que Estados e municípios paguem precatórios e permite que despesas obrigatórias sejam desindexadas em casos de emergência fiscal. Exceção: benefícios previdenciários e Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela inflação. A PEC também propõe a extinção do Plano Plurianual (PPA), que serve para organizar as contas do governo para um período de quatro anos e delinear as metas para o período, e a extinção de municípios com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total.

PEC emergencial: institui gatilhos para conter gastos públicos em caso de crise orçamentária de União, Estados e municípios. Está dividida em dois blocos, o de medidas permanentes, que tem pontos comuns com o pacto federativo, como a reavaliação de benefícios tributários a cada quatro anos, e o de medidas temporárias, que prevê o acionamento de mecanismos de contenção sempre que a despesa corrente exceder 95% da receita corrente (um ano). Como o Brasil teve, em 2020, o menor nível de investimento da série histórica, a PEC Emergencial busca reverter esse quadro e reduzir as despesas obrigatórias em R\$ 12,75 bilhões, dos quais 25% serão usados para investimentos.

PEC dos fundos públicos: estabelece que o dinheiro parado em fundos será usado para pagamento da dívida pública. Hoje, há um total de 281 fundos, com quase R\$ 220 bilhões em recursos paralisados. ✓



Regras mais claras para o trabalhador temporário

Decreto presidencial simplifica regras relacionadas ao trabalho temporário, conferindo maior segurança jurídica às partes envolvidas

Em 14 de outubro de 2019, o presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou o Decreto Nº 10.060/19, que regulamenta o trabalho temporário presente na Lei Nº 6.019/74. Em um país que precisa restabelecer um ciclo virtuoso de crescimento econômico, a novidade é positiva, porque elucida e simplifica aspectos importantes das relações de trabalho entre contratante e trabalhador temporário – e, como sabemos, a complexidade da legislação trabalhista é um dos nossos pontos fracos quando se trata de competitividade internacional.

O referido decreto deixa claro que regulamenta apenas o trabalho temporário, e não a prestação de serviços, inserida pela Lei Nº 13.429/17. Esta, quando foi editada, “mesclou” trabalho temporário e terceirização, o que acarretou certa confusão legal. Esclareça-se que a Lei Nº 13.429/17 regulamenta o trabalho temporário e a terceirização (prestação de serviços, que o Decreto Nº 10.060/19 faz questão de deixar claro não ter sido objeto de sua regulamentação).

Atualmente, vigoram duas leis tratando da terceirização: a Lei Nº 13.429/17, que também trata de trabalho temporário; e a Lei Nº 13.467/17, chamada de “Reforma Trabalhista”. Agora, além destas leis, temos um decreto regulando o trabalho temporário: o de Nº 10.060/19, de que trataremos neste artigo.

TRABALHO TEMPORÁRIO VERSUS TRABALHO INTERMITENTE

O decreto recém-assinado traz a identificação precisa da natureza jurídica do trabalho temporário, no seu artigo 3º, que assim dispõe:

Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

IV - Demanda complementar de serviços - demanda oriunda de fatores imprevisíveis ou, quando decorrente de fatores previsíveis, que tenha natureza intermitente, periódica ou sazonal.

Ainda que o Decreto Nº 10.060/19 mencione, no artigo 3º, inciso IV, que “demanda complementar de serviços - demanda oriunda de fatores imprevisíveis ou, quando decorrente de fatores previsíveis, que tenha natureza intermitente, periódica ou sazonal”, não se pode concluir que é possível a utilização de trabalhador intermitente, prevista na Lei Nº 13.467/17 (artigo 443, §3º), como se fosse temporário. São leis e situações de trabalho diferentes, com naturezas jurídicas próprias. Tanto é assim que o trabalhador intermitente é regulado por uma lei e o temporário por outra.

REGISTRO DA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO

Com a extinção do Ministério do Trabalho, o registro das empresas de trabalho temporário será feito junto ao Ministério da Economia. O Estado ainda mantém o controle sobre o registro das empresas de trabalho temporário no que tange à sua organização e funcionamento. Também foi mantida a fiscalização dos Auditores Fiscais do Trabalho.

CAPITAL SOCIAL

O artigo 5º do Decreto Nº 10.060/19 dispõe sobre o capital social mínimo para constituição e funcionamento das empresas de trabalho temporário. A Lei Nº 13.429/17, exigia que as empresas de trabalho temporário tivessem um capital de pelo menos 100 mil reais

para a constituição e funcionamento deste tipo de empresa. Este critério econômico de constituição de empresas de trabalho temporário funcionava como uma “régua mínima”, que obrigava, pela via econômica, o nascimento de empresas com maior capacidade econômica para suportarem os elevados custos do trabalho temporário – operação e funcionamento:

Art. 5º. Observadas as normas complementares editadas pelo Ministério da Economia, o pedido de registro da empresa de trabalho temporário no referido Ministério será instruído com os seguintes documentos:

- I - prova de constituição da pessoa jurídica e registro na Junta Comercial da localidade em que a empresa tenha sede;
- II - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; e
- III - capital social compatível com o quantitativo de empregados, observados os seguintes parâmetros:
 - a) empresas com até dez empregados - capital mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
 - b) empresas com mais de dez e com até vinte empregados - capital mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
 - c) empresas com mais de vinte e com até cinquenta empregados - capital mínimo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);
 - d) empresas com mais de cinquenta e com até cem empregados - capital mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e
 - e) empresas com mais de cem empregados - capital mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

FISCALIZAÇÃO TRABALHISTA

As empresas de trabalho temporário, ainda que estejam vinculadas ao Ministério da Economia, são fiscalizadas pelos Fiscais do Trabalho. As normas de proteção ao trabalhador permanecem intocadas pelo Decreto Nº 10.060/19, como não poderia deixar de ser:



Foto: divulgação

Art. 10. A empresa de trabalho temporário fica obrigada a apresentar ao agente da fiscalização, quando solicitado, o contrato celebrado com o trabalhador temporário, a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias e os demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto.

(...)

Art. 14. A empresa tomadora de serviços ou cliente manterá, no seu estabelecimento, e apresentará ao agente da fiscalização, quando solicitado, o contrato de prestação de serviços de colocação à disposição de trabalhadores temporários celebrado com a empresa de trabalho temporário.

Art. 15. É responsabilidade da empresa tomadora de serviços ou cliente garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores quando o trabalho for realizado em suas dependências ou em local por ela designado.

AMPLIAÇÃO DAS PROTEÇÕES DOS DIREITOS

De acordo com o Decreto Nº 10.060/19, ao trabalhador temporário estão assegurados direitos como: remuneração equivalente àquela recebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora de serviços ou cliente; pagamento de férias proporcionais; recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

benefícios e serviços da Previdência Social e seguro de acidente do trabalho:

Art. 20. Ao trabalhador temporário são assegurados os seguintes direitos:

I - remuneração equivalente àquela percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora de serviços ou cliente, calculada à base horária, garantido, em qualquer hipótese, o salário-mínimo regional;

II - pagamento de férias proporcionais, calculado na base de 1/12 do último salário percebido, por mês trabalhado, nas seguintes hipóteses:

- a)** dispensa sem justa causa,
- b)** pedido de demissão; ou
- c)** término normal do contrato individual de trabalho temporário.

III - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma prevista em lei;

IV - benefícios e serviços da Previdência Social;

V - seguro de acidente do trabalho; e

VI - anotação da sua condição de trabalhador temporário em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, em anotações gerais, conforme regulamentado em ato do Ministro de Estado da Economia.

(...)

Art. 21. A jornada de trabalho para os trabalhadores temporários será de, no máximo, oito horas diárias.

(...)

Art. 22. Será assegurado ao trabalhador temporário o acréscimo de, no mínimo, vinte por cento de sua remuneração quando trabalhar no período noturno.

Art. 23. Será assegurado ao trabalhador temporário o descanso semanal remunerado nos termos do disposto na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

TRABALHO DIGNO

O trabalhador temporário tem o direito de utilizar as instalações médicas do contratante de seu trabalho, bem como refeitório dos trabalhadores efetivos.

Art. 16. A empresa tomadora de serviços ou cliente estenderá ao trabalhador temporário colocado à sua disposição o mesmo atendimento médico, ambulatorial e de refeição destinado aos seus empregados existente nas suas dependências ou no local por ela designado.

SUBORDINAÇÃO

A negativa de vínculo de emprego expressa em lei não é uma prática comum no ordenamento jurídico trabalhista. A dialética da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é no sentido de apontar o que vem a ser determinada figura jurídica.

A estrutura lógica e de comunicação da CLT é de construção de uma narrativa legal positiva. As exceções são quando a CLT descreve o que não caracteriza determinado fato jurídico, como fez o Decreto Nº 10.060/19, no seu artigo 17:

Art. 17. Independentemente do ramo da empresa tomadora de serviços ou cliente, não existe vínculo empregatício entre esta e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário.

Já o artigo 18 autoriza claramente que o trabalhador temporário seja subordinado ao contratante de seus serviços:

Art. 18. A empresa tomadora de serviços ou cliente exercerá o poder técnico, disciplinar e diretivo sobre os trabalhadores temporários colocados à sua disposição.

CONCLUSÃO

As regras estão mais transparentes para o contratante de trabalhador temporário – que, por sua vez, tem mais clareza acerca dos benefícios e direitos aos quais faz jus. Essa configuração só pode ser boa para o País, uma vez que reduz um importante foco de tensão nas relações trabalhistas, aumentando a segurança jurídica para todas as partes envolvidas. ✓

*Eduardo Pastore é advogado trabalhista, sócio diretor da Pastore Advogados e Pastore Treinamentos.

Você consegue proteger os dados que não sabe que tem?

As soluções de cybersecurity da EY ajudam as empresas a superar desafios e aproveitar oportunidades em um ambiente de negócios disruptivo.

ey.com.br/cybersecurity

EY

Building a better working world

■ ■ ■
Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta.
E melhor se torna o mundo de negócios.



Presença internacional

Ibracon marcou presença em um dos mais antigos eventos da Contabilidade mundial e ainda participou de encontros simultâneos com entidades mundiais de fomento à profissão

O presidente do Conselho de Administração (CA) do Ibracon, Eduardo Pocetti; o presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna; e o superintendente geral, Marco Aurelio Fuchida, representaram o Ibracon na abertura oficial da XXXIII Conferência Interamericana de Contabilidade (XXXIII CIC), que aconteceu no dia 20 de outubro, em Cartagena, Colômbia.

Realizada pela Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), a CIC

é um dos eventos mais antigos da classe contábil no continente americano. O tema deste ano foi “Ética e responsabilidade social: mecanismos para combater a corrupção”, e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Ivânio Breda, ministrou a palestra magna, prestigiada por mais de 1.000 pessoas na plateia, entre economistas, administradores, especialistas em gestão e, principalmente, profissionais da Contabilidade.

Em sua fala, Breda enfatizou a importância do profissional da Contabilidade manter-se permanentemente alerta aos atos ilícitos e comprometido com o fomento do desenvolvimento sustentável das economias.

ÁREAS TEMÁTICAS

A XXXIII CIC estendeu-se até o dia 22 de outubro e ofereceu 11 áreas temáticas

de estudos para os delegados dos países integrantes da AIC. Eles apresentaram seus trabalhos de pesquisa nos âmbitos nacional e interamericano.

Os temas abordados foram: investigação contábil; normas e práticas de auditoria; setor público; educação; administração e finanças; ética e exercício profissional; tributação e fiscalização; gestão integral de pequenas e médias empresas; sistema e tecnologia da informação; controle de qualidade; e perícia contábil.

CILEA

No dia 21 de outubro, o Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea) realizou uma assembleia simultânea à XXXIII CIC.

Instituição que dá voz às organizações profissionais de Ciências Econômicas e Contábeis dos países dos dois



Foto: Ibracon

continentes, o Cilea tem como finalidade “construir pontes entre os profissionais latinos da América e da Europa, que se diferenciam de outras realidades internacionais em razão do idioma e da cultura profissional embasada fortemente na prestação de serviços para as pequenas e médias empresas.

O Ibracon é membro do Cilea e foi representado pelo presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant’Anna, e pelo superintendente geral, Marco Aurelio Fuchida.

Outros brasileiros também estiveram presentes: o presidente do CFC, Zulmir Breda; o vice-presidente do Cilea, José Martonio Alves Coelho; o Contador José Maria Martins Mendes; a presidente eleita da AIC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; e a diretora executiva do CFC, Elys Tevania.

Durante o encontro, foi aprovado um programa *online* para a elaboração do Balanço Social e Ambiental para as Pequenas e Médias Empresas. A ideia principal da plataforma é agregar valor às informações das empresas e facilitar o acesso aos relatórios por meio virtual.

Na ocasião, o presidente do Cilea, Phillippe Arraou, ressaltou a importância de ferramentas que possam fomentar o desenvolvimento sustentável econômico dos continentes. “É um produto com visibilidade internacional, fruto de um trabalho entre a América Latina e

Sobre a AIC

Com 70 anos de atividade institucional, a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) é reconhecida como a organização de contabilidade internacional mais antiga do mundo. Sem fins lucrativos, a entidade tem como objetivo promover a integração os profissionais de Contabilidade do continente americano, sempre com ênfase em seu aprimoramento e atenção aos deveres sociais.

a Europa. Estamos muito orgulhosos com essa iniciativa, que pretende agregar ainda mais valor às empresas de nossas regiões”, declarou. A presidente da AIC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, completou: “É dever das organizações internacionais despertar as transformações em nossa classe, trabalhando juntas pelo desenvolvimento das pequenas e médias empresas

Glenif também teve reunião paralela

Outro evento simultâneo à XXXIII CIC foi o encontro da diretoria do Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera (Glenif).

A entidade tem como objetivo trabalhar em parceria com o International Accounting Standards Board (IASB) em aspectos técnicos, respeitando a soberania nacional de cada país-membro, e promover a adoção da convergência das normas internacionais emitidas pelo IASB. Deve, ainda, cooperar com governos, reguladores e outras organizações regionais, nacionais e internacionais que contribuam para a melhor qualidade das demonstrações contábeis, e colaborar com a difusão das normas emitidas pelo IASB.

Presidida por Eduardo Pocetti, presidente do CA do Ibracon e representante do CFC no Glenif, a Diretoria do grupo aproveitou para se reunir uma última vez antes da mudança de gestão e eleger nova diretoria, que assumirá o comando pelo próximo período. O argentino Jorge Gil, da Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas, foi escolhido para suceder Pocetti na presidência do Glenif.

que são predominantes em nossos continentes”.

Já o presidente do CFC, Zulmir Breda, parabenizou a iniciativa e ressaltou que a sociedade clama por transparência em todos os processos: “O mercado tem exigido clareza nas informações

prestadas pelas organizações, e os *stakeholders* têm se preocupado não só com questões de rentabilidade, mas também com o posicionamento e as políticas empresariais voltadas para o desenvolvimento sustentável das companhias”, afirmou.

À Revista Transparência, o presidente do Ibracon, Francisco Sant’Anna, disse: “Tudo que possa otimizar a gestão das empresas de médio e pequeno portes é positivo. Um mundo que empreende e inova é mais apto a gerar riquezas e reduzir desigualdades, justamente o que muitos países latino-americanos necessitam.”

Outro destaque da reunião foi a participação do gerente técnico de Qualidade e Desenvolvimento da International Federation of Accountants (IFAC), Manuel Arias, que explicou sobre um dos eixos importantes da entidade, relacionado ao fortalecimento das pequenas e médias empresas.

A ida à Colômbia teve outro sabor especial para os brasileiros presentes: a alagoana Maria Clara Bugarim é a primeira mulher a presidir a AIC. Uma grande honra para o Brasil!

CONFIRA A SEGUIR A NOVA COMPOSIÇÃO DO DIRETÓRIO DO GLENIF (GESTÃO 2019/2021):

Presidente: Jorge Gil (Argentina)

Vice-presidente: Felipe Pérez Cervantes (México)

Diretor: Luis Henry Moya Moreno (Colômbia)

Diretora: Dunia Zamora Solano (Costa Rica)

Diretor: José Luis Ribeiro de Carvalho (Brasil)

Diretor: Alejandro Vera Espinosa (Chile)

Diretor: Winston Fernández (Uruguay)

Diretor Suplente: Angel Salazar (Peru)

Diretora Suplente: Norelly Pinto Vargas (Venezuela) ✓



“Movido a causas”

Arte contemporânea, música popular brasileira, golfe, direitos das pessoas com deficiência, governança, e, claro, a Contabilidade: são muitas as paixões do presidente do IBGC, Henrique Luz.

“**E**u sou uma pessoa inquieta”, define-se Henrique Luz, presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), membro do Ibracon desde o início dos anos 80, vice-presidente dos Conselhos do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF), do Clube de Campo de SP e da Fundação Dorina Nowill para Cegos, membro dos Conselhos da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e dos Museus de Arte Moderna de São Paulo e do Rio de Janeiro (MAM e MAM Rio) e ex-presidente do IBEF. “Também jogo golfe, fui vice-presidente de sua Confederação e, dois anos atrás, me convidaram para presidi-la, mas não pude assumir mais essa missão”, comenta, em tom divertido, aumentando ainda mais a lista de entidades das quais participa ativamente.

Formado em Ciências Contábeis, com cursos em Harvard, Darden e Singularity University, Luz é apaixonado por Música Popular Brasileira – já teve, inclusive, artigos sobre o tema publicados pela imprensa e roteiros escritos para shows de vários dos grandes expoentes da Bossa Nova – e artes plásticas, razão pela qual integra os Conselhos do MAM, há 24 anos, e do MAM Rio, há 18 anos. Uma cultura eclética que enriquece ainda mais a trajetória do

Contador, que teve uma carreira de mais de 40 anos na PwC.

“Foram 43 anos de empresa, dos quais 32 como sócio e 24 como integrante de seu time de liderança e VP”, recorda. “Integro atualmente os Conselhos de Administração de empresas abertas e fechadas, nas quais geralmente coordeno também os Comitês de Auditoria. Estou convencido de que a nossa profissão tem ecletismo de aplicabilidade. Consigo me identificar como um técnico nas funções de administração e, de forma mais evidente, nos Conselhos de Administração”, explica. “A Contabilidade oferece todas essas possibilidades, todo um universo de formação que, bem aplicado, favorece enormemente a inovação”, afirma.

Fascinado pela Contabilidade, Henrique Luz ressalta que nasceu em uma família de médicos. “Eu e meus irmãos optamos pela área financeira, rompendo uma tradição de cinco gerações”, ele conta. Pai de três filhas e um filho, avô de um menino, Luz continua sendo o único contador da família: “Uma das minhas filhas é advogada especializada em direito digital. As outras são artista plástica e assistente de direção de cinema. Já o filho é empresário”, informa.

Carioca de nascimento, ele relata que cresceu na serrana Teresópolis (RJ), mas voltou para a capital, graduando-se pela



**EU E MEUS IRMÃOS
OPTAMOS PELA
ÁREA FINANCEIRA,
ROMPENDO UMA
TRADIÇÃO DE CINCO
GERAÇÕES**



Foto: arquivo pessoal

Universidade Cândido Mendes. “Eu estava na faculdade quando me avisaram que a PwC havia aberto novas vagas para estagiários”, recorda. “Eu nem sabia ao certo o que um Auditor fazia, mas me inscrevi e ingressei na firma em 1975. Permaneci 13 anos no Rio de Janeiro, dois em Londres e finalmente me transferei para São Paulo, onde atuei até 2018, quando me aposentei da firma ao atingir a idade limite de vida ativa como sócio”.

Luz relata que, enquanto esteve no Rio de Janeiro, integrou a 3ª Seção Regional do Ibracon, onde foi VP. “Em São Paulo, também me

mantive ligado ao Ibracon e me tornei um dos idealizadores da Revista Transparência”, esclarece. “Também acabei me aproximando do IBEF e de outras entidades, das quais participo até hoje. Sou movido a causas”, ele resume.

DEFICIÊNCIA VISUAL

Uma das causas abraçadas por Henrique Luz é a das pessoas com deficiência. “Eu nasci cego do olho esquerdo, então sou naturalmente sensibilizado pela deficiência visual”, explica. “Admiro o trabalho da Fundação Dorina Nowill, que atende 100.000 pessoas com



Foto: arquivo pessoal

Golfe, o esporte favorito de Henrique Luz

deficiência visual. Procuo contribuir da melhor maneira possível. Gosto de ter a sensação de missão cumprida, de ter feito a diferença”, revela.

Na avaliação do Contador, a construção de uma sociedade melhor e mais justa tem tudo a ver com governança. “Estou presidente do Conselho do IBGC e o nosso propósito é disseminar melhores práticas de governança corporativa como uma estratégia para se chegar ao nosso propósito maior, que é de aperfeiçoar a sociedade como um todo”, assinala. “Vejo a governança como um fator fundamental para a melhoria do ambiente empresarial. Ela se reflete em melhoria de produtividade e de renda e, indiretamente, beneficia a qualidade de vida de toda a população”, destaca Henrique Luz. “É importante divulgar que a melhoria da vida das pessoas passa por um novo modelo de governança, mais crível e eficiente, dos entes públicos”, enfatiza.

ESTOU PRESIDENTE DO CONSELHO DO IBGC E O NOSSO PROPÓSITO É DISSEMINAR MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO UMA ESTRATÉGIA PARA SE CHEGAR AO NOSSO PROPÓSITO MAIOR, QUE É DE APERFEIÇOAR A SOCIEDADE COMO UM TODO

Além de salientar que “no papel de presidente, devo atuar como facilitador em um colegiado de pares e interagir com outros agentes do mercado, em prol da causa maior”, Henrique Luz enaltece a ampliação do escopo de atuação do IBGC: “em 1995, o Instituto nasceu para ser uma entidade de conselheiros de administração, com foco nas companhias de capital aberto. Na sequência,

passamos a olhar para o segmento das empresas sob controle familiar. Agora, estamos nos voltando para as empresas públicas, especialmente as sociedades de economia mista”, elucida.

“Dentro desse espírito – de incentivar as boas práticas de governança, enxergando-as como elementos de transformação da sociedade –, o IBGC aposta na implementação de uma Certificação para Membros de Comitês de Auditoria”, orgulha-se Luz. “Trata-se de uma certificação alinhada às melhores práticas preconizadas pelo



Foto: arquivo pessoal

Henrique Luz é empossado na Abracicon

IBGC, pelo Ibracon e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil). As entidades construíram juntas essa ideia e o manual, que aborda o funcionamento e o modelo de atuação desses comitês e conselhos, deve ser estudado pelos candidatos à certificação”, prossegue, mencionando que o IBGC já tem um histórico de sucesso como entidade que certifica conselheiros de administração e fiscais há dez anos.

GOVERNANÇA PÚBLICA É UM SONHO

O presidente do IBGC observa que os comitês de auditoria enfrentam o desafio de proteger a organização de riscos financeiros, estratégicos, operacionais e de reputação. “A questão hoje vai muito além do *compliance*”, garante. “Este tem a ver com normas, regulamentos, adequação às exigências da legislação. Mas a nossa ambição é estimular a integridade, que, por sua vez, está relacionada com os valores e a ética da organização. Existe uma exigência cada vez mais em relação a esses tópicos e isso é bom para o futuro de todos nós”, entusiasma-se Luz.

A intensa dedicação ao trabalho e às causas sociais já valeu diversos reconhecimentos a Henrique Luz. Ele ocupa, por exemplo, a cadeira 59 da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), instituição dedicada a promover, divulgar e valorizar atividades que contribuam para o desenvolvimento da Contabilidade em seus aspectos filosófico, científico e tecnológico. Também tem condecorações de diversos estados brasileiros, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, e é cidadão honorário de Salvador e de São Paulo.

“Eu acredito enormemente em uma nação onde todos façam uma convergência em prol do bem comum”, declara. “O desenvolvimento econômico tem que contemplar o desenvolvimento social. Em uma visão liberal, o governo deve atuar apenas em áreas específicas, tais como segurança, saúde e educação públicas. Pois bem: para que essas frentes de atuação tenham bons resultados, é preciso haver governança.”



Foto: arquivo pessoal

Henrique Luz afirma ainda que “existe um hiato gigantesco entre o que se quer e o que está fazendo.” E explica: “como cidadão, eu gostaria de poder levar o IBGC para a governança pública. Com a experiência e o conhecimento de governança, o Instituto é transcendental para assegurar que estes pilares funcionem bem. Este é meu sonho, minha ambição. O primeiro passo é aprimorar, desde já, a governança das empresas estatais. Mas, ao longo dos próximos 10 anos, o tripé educação, saúde e segurança precisa ser contemplado. Não faltam recursos, falta boa aplicação. Eu tenho 64 anos e ainda quero ter o direito de fazer a diferença”, conclui. ✓

Laureado como cidadão da cidade de Salvador



Foto: arquivo pessoal

Com a esposa Celinha, filhos e neto



IFAC aprova seu primeiro Conselho de maioria feminina e representante brasileiro é reconduzido

A International Federation of Accountants (IFAC) anunciou, em 20 de novembro, a primeira composição do seu Conselho formada majoritariamente por mulheres. Além da novidade, o brasileiro Idésio da Silva Coelho Jr. – nomeado pelo Ibracon e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – foi reconduzido ao cargo no Conselho.

IAASB emite Exposure Draft que objetiva alinhar as Normas Internacionais com o novo Código de Ética do IESBA

O International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) divulgou, no dia 15 de novembro, que está recebendo comentários sobre seu *Exposure Draft* referente a alterações nas Normas Internacionais, como resultado da revisão do Código de Ética Internacional dos Profissionais da Contabilidade. Os comentários serão recebidos até 10 de janeiro de 2020. O projeto é necessário para identificar inconsistências entre as Normas de Auditoria e o Código de Ética revisado.

Ibracon envia comentários para a IFAC

O Ibracon enviou comentários para a International Federation of Accountants (IFAC) referente ao *Discussion Paper: Audit of Less Complex Entities: Exploring Possible Options to Address the Challenges in Applying the ISAs*.

Ibracon envia comentários para a SDIC

No dia 15 de outubro, o Ibracon enviou, para a Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, comentários e sugestões relacionados à minuta de portaria que dispõe sobre os procedimentos para fiscalização do cumprimento dos compromissos e requisitos assumidos pelos fabricantes e importadores de veículos novos que possuam registro de compromissos, habilitação ao Programa Rota 2030.

Mudanças nas regras sobre conservação de comprovantes e livros contábeis

A Receita Federal publicou, no Diário Oficial da União (DOU), o ato declaratório da Receita Nº 4, que dispõe sobre a guarda e conservação de livros e documentos fiscais. A decisão foi divulgada no dia 11 de outubro. A partir de agora, esses documentos podem ser guardados em meio eletrônico, óptico ou equivalente. O documento digital e sua reprodução ganharam o mesmo valor probatório do documento original para fins de prova perante a autoridade administrativa em procedimentos de fiscalização.

Previdência complementar: CFC e Previc discutem certificação

A implantação de certificação para auditores independentes que atuam em Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) foi discutida, em 15 de outubro, em reunião no Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O tema foi apresentado pelo diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Lucio Rodrigues Capelletto, ao presidente do CFC, Zulmir Breda. A iniciativa da Previc busca atender à Resolução nº 27/2017, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que estabelece, no Art. 15, que “o responsável técnico pela Auditoria Independente das EFPC deve possuir registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e aprovação em exame específico de certificação elaborado pelo CFC em conjunto com o Ibracon”.

Relatório Global da Adoção das Normas Internacionais é lançado pela IFAC

Divulgado em 14 de outubro pela International Federation of Accountants (IFAC), o Relatório Global da Adoção das Normas Internacionais reúne dados que mostram o *status* atual da adoção e implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, as IFRS, em mais de 130 países.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.

Pronto para transformar sua *busy season* e realizar circularizações de maneira eletrônica?

Modernize seu processo de circularização de informações de uma maneira segura através de nossa plataforma de confirmação eletrônica.



Rápido

Reduza o processo de confirmações de informações de semanas para apenas alguns dias.



Centralizado

Gerencie o processo de confirmação por completo em uma plataforma de maneira eletrônica.



Seguro

Nosso completo sistema de segurança de dados mantém seguras, todas as informações de seus clientes.





PRÊMIO TRANSPARÊNCIA

Contabilidade, história e troca de conhecimentos

Uma experiência enriquecedora: esta é a opinião unânime dos vencedores do 8º Prêmio Transparência, que visitaram Londres e participaram de eventos técnicos e atividades culturais

Fotos: Ibracon



De 30 de setembro a 4 de outubro, os vencedores da 8ª edição do Prêmio Transparência do Ibracon estiveram em Londres como parte da premiação.

Os contemplados – Aûani Cusma de Paula, na categoria Jornalismo; Graziela da Motta,

**PALAVRA DO VENCEDOR
AÛANI CUSMA DE PAULA:**

“Como ganhador, pela segunda vez, do Prêmio Transparência de Jornalismo, assinalo que gostei ainda mais da experiência deste ano. Foi algo novo, diferente da viagem anterior. Desta vez, eu pude conhecer com mais profundidade a estrutura da IFRS Foundation e tive mais interação com as pessoas daqui e do exterior. O roteiro foi montado de tal forma que facilitou o diálogo, a convivência. Embora os assuntos sejam extremamente técnicos, consegui fazer uma imersão interessante, porque a maneira como esses conhecimentos foram transmitidos foi muito bem construída, mostrando a amplitude da Contabilidade e os desafios que os profissionais da área terão de enfrentar daqui pra frente. Foi, de fato, muito interessante.”

**PALAVRA DA VENCEDORA
GRAZIELA DA MOTTA:**

“A viagem foi simplesmente incrível, uma experiência única e enriquecedora. A programação foi bastante interessante, sendo que pude presenciar discussões sobre temas contábeis atuais e do futuro. Tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas e de aprender com elas. Ou seja, foi uma viagem de crescimento e aprendizado técnico-cultural. Além do universo da Contabilidade, pude conhecer a cidade de Londres e seus belos pontos turísticos e realmente vivenciar um pouco de sua cultura. Penso que a vida da gente é como um livro. Deixá-la incrível vai depender do que escrevermos em cada página. Com certeza, o capítulo de Londres da minha vida se tornou único e só tenho a agradecer ao Ibracon pela oportunidade.”

estudante de Ciências Contábeis na Universidade Luterana do Brasil; e seu professor orientador, Williams Meirelles, ambos na categoria Universitário – tiveram a oportunidade de participar de uma série de atividades propostas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pela Universidade de Cambridge, que apoiam a iniciativa.



A programação teve início com o World Standard-Setters Conference (WSS), promovido pela IFRS Foundation. O evento reuniu mais de 150 entidades emissoras de normas de cerca de 70 jurisdições diferentes para atualização e discussão sobre as Normas Internacionais de Contabilidade, as IFRS.

Além de acompanharem o evento, os premiados estiveram com o presidente do

International Accounting Standards Board (IASB), Hans Hoogervorst.

Mas este não foi o único destaque da programação proporcionada aos laureados: eles também estiveram presentes ao International Forum of Accounting Standard-Setters (IFASS) e ao Accounting Standards Advisory Forum (ASAF), e puderam visitar a sede da IFRS Foundation. Lá, eles se reuniram com Tadeu Cendón, novo membro brasileiro no Board do IASB (e que, até meados de 2019, foi diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon); Ann Tarca, também membro do Board; e Mark Byatt, diretor de Comunicação e Relações Exteriores.

A agenda incluiu, ainda, uma visita à Universidade de Cambridge, onde foram recebidos pelos acadêmicos Alan Jagolinzer e

ENTREVISTA COM TADEU CENDÓN, MEMBRO BRASILEIRO NO BOARD DO IASB

RT – Qual é a importância de contribuir com esse tipo de iniciativa?

TC – A IFRS Foundation e o IASB dedicam muito esforço para comunicar aos seus associados do mundo todo os seus esforços no estabelecimento de normas. Trabalhar em parceria com organizações de vários países é decisivo para obter respostas para as nossas consultas e assim estabelecer normas que efetivamente atendam ao que é necessário. Ao facilitar um encontro da mídia e dos estudantes do Brasil com a equipe da IFRS Foundation, o Ibracon dá um bom exemplo de como podemos trabalhar juntos para estimular o interesse e o envolvimento com a Contabilidade e a Auditoria de uma maneira efetiva e abrangente.

RT – O que o Sr. diria aos estudantes que pretendem ser auditores?

TC – Por trás de cada relatório financeiro, direta ou indiretamente, há sempre um profissional da

Contabilidade, e em muitos casos, há também um Auditor. Desde um simples extrato bancário até um conjunto completo de demonstrações contábeis, a informação fornecida deve ser a mais precisa e completa possível. E, para isso, precisamos contar



com Contadores e Auditores competentes. Muitas pessoas não têm consciência do papel fundamental da nossa profissão.

RT – Qual é o seu ponto de vista sobre a carreira, no presente e no futuro?

TC – A Contabilidade transforma-se a cada dia para se adaptar ao ambiente financeiro em constante mudança, incorporar novas tecnologias e atender às demandas dos acionistas. Tudo isso reforça a necessidade de um desenvolvimento profissional contínuo. Você deve conservar o seu conhecimento atualizado para não ser deixado para trás.

RT – O Sr. pensa que são importantes iniciativas como essa, que estimula e reconhece a importância de artigos (de jornalistas) e *papers* (de estudantes) acerca da Auditoria Independente?

TC – Sim, essas iniciativas diminuem a distância entre os profissionais, os acadêmicos e a mídia, aumentando o conhecimento das pessoas acerca da nossa profissão e contribuindo para um debate mais construtivo sobre o que poderíamos fazer melhor para atender às expectativas do mercado e da sociedade como um todo.

PALAVRA DO VENCEDOR WILLIAMS MEIRELLES:

“A experiência foi fantástica! No meu caso, que sou oriundo de *Big Four* e atuo com Contabilidade Societária – e, conseqüentemente com as Normas Internacionais de Contabilidade –, ter a possibilidade de conhecer o IASB e os membros do *Board*, e ter participado de reuniões com o comitê, me trouxe uma bagagem muito rica, que agora eu posso compartilhar com meus alunos. Quero destacar a visita ao departamento de Contabilidade de Cambridge, onde tive a oportunidade de conhecer algumas práticas do ensino contábil em uma das universidades mais conceituadas do mundo. E a parte cultural da viagem foi espetacular. Eu nunca havia ido à Europa, e agora conheço Londres e seus pontos históricos.”



Michael Willis da Cambridge Judge Business School, unidade responsável pelos programas educacionais na área da Contabilidade.

O presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, Francisco Sant’Anna, e o coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), Rogerio Mota – que, em Londres, representou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) –, devido à participação em eventos promovidos pela IFRS Foundation, também tiveram a oportunidade de estar com os premiados.

ENTREVISTA COM ALAN JAGOLINZER, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE

RT – O Sr. já ouviu falar em iniciativas semelhantes ao Prêmio Transparência?

AJ – Não conheço iniciativas semelhantes, mas penso que a ideia – de que os jornalistas e os profissionais e estudantes de Contabilidade podem e devem trabalhar juntos – é sedutora. Converso com alguns jornalistas sobre projetos nos quais podemos nos apoiar reciprocamente, entre eles o combate à desinformação ou *fake news*.

RT – Para a área acadêmica, qual é a importância de contribuir para esse tipo de iniciativa?

AJ – Penso que a sociedade sofre quando informações imprecisas são disseminadas ou quando informações importantes são retidas.

Precisamos apoiar iniciativas que ajudem a combater a desinformação e forneçam meios de investigar e revelar fatos de interesse público, no âmbito de todas as organizações que afetam a sociedade.

RT – O Sr. considera que iniciativas como essa são importantes?

AJ – Sim, claro. Os jornalistas podem ajudar as pessoas a compreender melhor o valor e as limitações da Auditoria. Também acho que a imprensa desempenha um papel muito importante no monitoramento do trabalho dos Auditores, apontando falhas e lacunas quando estas se tornam um problema.

RT – O que o Sr. diria aos estudantes que pretendem ser Auditores? Qual é



o seu ponto de vista sobre a carreira, no presente e no futuro?

AJ – Penso que uma Auditoria adequada e uma administração financeiramente responsável sejam cruciais para a sociedade. As pessoas confiam que as organizações vão fornecer serviços ou produtos que melhorem ou sustentem a vida. Se as organizações forem mal administradas, ou se houver desperdício de recursos, a sociedade sofrerá. ✓



Ibracon participa da 26ª Convecon



Fotos: Ibracon

Discussões sobre legislação, disrupção tecnológica e outros temas de importância para os profissionais da área fizeram parte da programação, que durou três dias e incluiu homenagens a expoentes da Contabilidade

A 26ª edição da Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo (Convecon) aconteceu de 4 a 6 de novembro, no Expo Center Norte, em São Paulo, e teve intensa participação do Ibracon.

Organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP), juntamente com o Ibracon e demais entidades congêneras (veja box) do Estado de São Paulo, o evento deste ano trouxe o tema “A Contabilidade 4.0”.

Estiveram presentes Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon; Carlos Pires, presidente da 5ª Seção Regional (SR); Francisco de Paula dos Reis Junior, diretor de Administração e Finanças da Diretoria Nacional; Valdir Campos Costa, diretor da 5ª SR; Luiz Claudio Gaona Granados, diretor da 5ª SR; e Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral. A presidente do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP), Márcia Ruiz Alcazar, iniciou os trabalhos.

HOMENAGENS

O professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Arioaldo dos Santos, e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, (CFC), Zulmir Ivânio Breda, receberam homenagens. Respectivamente, foram agraciados com as medalhas Professor Hilário Franco e Professor Pedro Pedresque, destinadas aos profissionais que lutam pelo aprimoramento da classe contábil.

ESTANDE E PALESTRAS

Além do apoio na organização do evento, a 5ª SR marcou presença com um estande na Feira de Negócios e com representantes em diversas atividades.

No dia 5 de novembro, Adriana Caetano, gerente Técnica do Ibracon, e Henrique Campos, membro do Grupo de Trabalho (GT) Novos Serviços e do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) do Ibracon participaram do painel intitulado “Novas oportunidades de trabalho no mercado de Auditoria”.



Na mesma data, Valdir Campos Costa, diretor da 5ª SR do Ibracon, moderou o painel “Blockchain, inteligência artificial e legislação aplicável na Contabilidade”, apresentado por Thammy Marcato, profissional especialista em transformação e inovação de empresas.

Ainda no dia 5, o painel “Operações de arrendamento mercantil - desafios na sua aplicação - NBCTG 06 (R2)” teve as participações de Rogerio Mota, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, e de Luiz Claudio Granados, diretor da 5ª SR, que atuou como moderador.

No último dia do evento, 6 de novembro, Marco Antonio Fabbri, diretor Técnico da 5ª SR, e Marcio Santos, membro do Grupo de Trabalho (GT) Energia Elétrica, fizeram parte do painel “Experiências práticas da aplicação de novas tecnologias na Auditoria Independente. Na sequência, foi a vez do presidente do Ibracon, Francisco Sant’Anna, moderar o painel denominado “O papel do Contador na nova governança corporativa”, conduzido por Henrique Luz, presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que também é o Perfil desta edição (veja à página 24).

A tarde do dia 6 trouxe o tema “Atualidades: Normas de Auditoria”, com palestra de Viviene Bauer, diretora de Administração e Finanças da 5ª SR, e moderação de Aderbal Hoppe, também diretor da 5ª SR.



Entidades Congraçadas de São Paulo

Além do Ibracon, fazem parte deste grupo as seguintes entidades:

- Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP);
- Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo (Apejesp);
- Academia Paulista de Contabilidade (APC);
- Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP);
- Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp);
- Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP);
- Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP). ✓



Estudo do Ibracon mostra que adoção da IFRS 16 é mais complexa do que o mercado imaginava

A gerente Técnica Adriana Caetano comenta as conclusões da pesquisa realizada com as companhias listadas no IBrX100, da B3

Em vigor desde janeiro de 2019, a norma IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil tornou obrigatório que as empresas identifiquem todos os contratos e registrem em seus balanços um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O estudo intitulado “Estimativa do Impacto da Adoção 31.12.2018 x Adoção Inicial 31.03.2019”, realizado pelo Ibracon, demonstra que o valor real da adoção foi superior ao impacto estimado, mas que percentualmente essa diferença não é relevante. Também demonstra que o registro trouxe um aumento de 1,67% do total de ativos dessas companhias.

“O mercado tinha uma visão mais simplista. O fato é que a adoção tem sido trabalhosa”, ressalta Adriana Caetano, gerente Técnica do Ibracon e responsável pelo estudo, que se baseou em dados das companhias listadas no Índice Brasil 100 (IBrX100), da B3. “Um dos pontos que mais têm gerado dúvidas refere-se à diversidade dos contratos que deverão adequar-se à nova norma”, ela explica. “Está claro, agora, que não são só contratos de aluguel, mas diversos contratos, que se inserem no leque abrangido pela IFRS 16”, ela esclarece.

Segundo Caetano, “certos assuntos ainda estão sendo discutidos com o órgão regulador, o que causa dúvidas no mercado e *approachs* diferentes nessa adoção”.

O QUE DIZ O ESTUDO

Quando saíram as demonstrações contábeis de dezembro de 2018, 81 das 100 companhias listadas no IBrX100 informaram suas estimativas em relação ao valor do impacto da adoção da nova norma. “Quando você faz a adoção, os contratos de arrendamento, de uma forma geral, têm que ser registrados no balanço da companhia. Registra-se um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento”, declara Caetano. “Nossa intenção foi fazer um estudo desse impacto, com ênfase nos segmentos mais atingidos pelas mudanças. São eles: transporte e logística, aviação e varejo”, informa.

Na primeira compilação de estimativas, referente às demonstrações contábeis de 31.12.2018, dez empresas estimaram não haver impacto significativo na adoção inicial; cinco empresas não informaram o valor do impacto; quatro disseram que seus dados ainda estavam sob análise; e 81 informaram o valor do impacto da adoção.

Em março de 2019, 87 companhias informaram o valor do impacto da adoção da IFRS 16; oito optaram por não informar o valor do impacto da adoção; e cinco divulgaram não haver impacto significativo na adoção inicial – metade, portanto, daquelas que tinham essa menção nas demonstrações contábeis de dezembro.

Todas as companhias que haviam informado que ainda estavam realizando análises referentes à adoção da norma apresentaram valores referentes à adoção inicial desta. E, das cinco companhias que divulgaram que teriam impacto com a adoção da norma, mas não apresentaram os valores, três delas divulgaram os valores da adoção inicial.

“Em dezembro de 2018, o total da estimativa era de R\$ 5,356 bilhões”, informa Caetano. “Em março, o valor do impacto informado pelas companhias foi de R\$ 5,5 bilhões, 1,78% maior do que o estimado. Ou seja, o impacto real não foi tão diferente do apontado nas estimativas. Mas cabe ressaltar que, quando avaliamos caso a caso, observamos que em 18 companhias as estimativas chegaram a estar diferentes em até 15%, para mais ou para menos”, ela observa.

O estudo completo pode ser encontrado no Portal do Ibracon. ✓

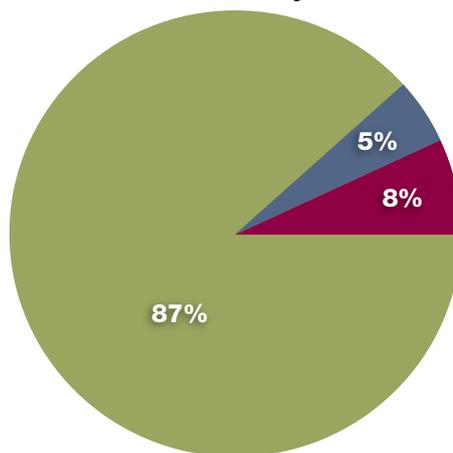
SOBRE O IBRX 100

Índice Brasil 100 (IBRX100): indicador do desempenho médio dos 100 ativos mais negociados e mais representativos do mercado de ações brasileiro. O índice é resultado de uma carteira teórica de ativos, reformulada a cada quatro meses. www.b3.com.br

COMPANHIAS QUE PARTICIPARAM DO ESTUDO APRESENTANDO ESTIMATIVAS

100	Total de companhias
10	Estimaram não ter impacto da adoção da IFRS 16 em 31.12.2018
4	Informaram que estavam em análise do impacto da adoção
5	Informaram que tinham impacto, mas não os valores
81	Companhias para base de análise estimativa de adoção x adoção inicial
5	Não informaram o valor da adoção inicial em 2019
76	Companhias para análise estimativa de adoção x adoção (bases comparáveis)

PORCENTAGEM DO IMPACTO DA ADOÇÃO INICIAL DA IFRS 16. DADOS DE 31 DE MARÇO DE 2019



- Total de companhias que divulgaram não haver impacto significativo da adoção inicial
- Total de companhias que não informaram o valor do impacto
- Total de companhias que informaram o valor do impacto da adoção



Viviene Bauer



Foto: Ibracon

Estimativas para a ISA 540

A profissão de Auditoria está mudando. Cada vez mais, ela requer o exercício de julgamento e ceticismo profissional

O International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), órgão responsável pela emissão das normas internacionais de Auditoria, vem trabalhando na revisão de diversas normas. Dentre elas, a ISA 540 - Auditoria de Estimativas Contábeis, Inclusive do Valor Justo, e Divulgações Relacionadas.

A partir de exercícios iniciados em/ ou após 15 de dezembro de 2019, sua versão revisada estará vigente.

No Brasil, a NBC TA 540, norma equivalente, deverá ser aplicada com a mesma data de vigência.

Nesse contexto, é importante entender o que motiva a revisão das normas de Auditoria.

É incontestável que a Auditoria tem experimentado um aumento nos riscos devido a ambientes de negócios mais desafiadores. As atuais normas contábeis requerem estimativas mais complexas e com alto grau de incerteza, como, por exemplo, as IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 16 (CPC 06), que por diversas vezes são utilizadas para as demonstrações contábeis de certas entidades.

Além disso, os órgãos reguladores estão cada vez mais preocupados com a qualidade dos trabalhos de Auditoria, em razão das deficiências identificadas nas inspeções. Isso requer a

ação imediata dos auditores, que assim passam a exercer uma postura mais cética e independente.

Os aprimoramentos realizados na ISA 540 (revisada) foram realizados em conjunto com outros grupos de trabalho do IAASB, que estão tratando da revisão da ISA 315 - Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente, norma que é o “coração” da Auditoria. Por isso, foram introduzidos novos conceitos, tais como fatores de risco inerente, *spectrum* de níveis de riscos inerentes e uma avaliação separada entre riscos inerentes e de controle.

A ISA 540 traz também requerimentos baseados no esforço de trabalho. Isto é, primeiramente, avalia-se se é possível obter evidência de Auditoria por meio de eventos subsequentes. Se a resposta for sim, este será o procedimento de Auditoria para validação da estimativa. Se não, parte-se para o segundo passo, que consiste em testar como a administração da entidade fez a estimativa. Caso não seja possível ou suficiente, a última alternativa seria o Auditor desenvolver uma estimativa pontual ou intervalo para comparar com o valor registrado. Além disso, os requerimentos de documentação estão mais robustos e o material explicativo traz diversos exemplos de aplicação.

A profissão de Auditoria está mudando. Cada vez mais, ela requer o exercício de julgamento e ceticismo profissional. As mudanças nas normas são apenas reflexos de como precisamos atentar mais a essas duas características tão fundamentais e inerentes à nossa profissão. ✓

Viviene Bauer é diretora de Administração e Finanças da 5ª SR do Ibracon e coordenadora do Comitê de Normas de Auditoria (CNA), além de assessora Técnica no International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA ONDE E QUANDO VOCÊ QUISER



**Já conhece o Portal
EAD do Ibracon?**

A reconhecida excelência do Ibracon
disponível na plataforma de Ensino a Distância.

Conheça os cursos disponíveis.

Realizadores da profissão

Nesta edição, a Revista Transparência inaugura a seção “Memórias”, com o objetivo de apresentar aos leitores episódios da Contabilidade e da Auditoria narrados por profissionais que ajudaram a escrever parte desta história



Guy Almeida Andrade, 65 anos.

Ex-presidente do Conselho de Administração do Ibracon (Gestão 2012-2014)

Edição das Normas

“Em 2001, ocorreram escândalos corporativos. Vieram à tona fraudes que não foram identificadas pelos Auditores Independentes, abrindo-se importante debate sobre o papel desse profissional. Os problemas acabaram por acelerar o projeto de internacionalização das normas, capitaneado pela International Federation of Accountants (IFAC). Estas foram adotadas no Brasil em 2010, com a edição das Normas Brasileiras de Auditoria (NBC TAs).”

Lei das S.A.

“Sou contador há 45 anos. Ao longo desse tempo, vi muita coisa mudar. Ainda nos tempos da faculdade, houve a edição da Lei 6.404, a Lei das S.A., que introduziu mudanças importantes na Contabilidade brasileira. Essas mudanças foram fruto das famosas circulares 178 e 179 do Banco Central do Brasil, de 1972, que decorreram do trabalho do então Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB), que deu origem ao Ibracon.”



Antoninho Marmo Trevisan, 70 anos.

Presidente da Trevisan Escola de Negócios e da Trevisan Editora

Detalhes são tudo...

“Trabalhei com um Auditor sênior, Carlos Libreti, de quem nunca me esqueci. Apresentei para ele um relatório de sete colunas com as conclusões dos trabalhos que eu havia realizado, e ele disse:

– Tá bom seu relatório; mas ele não inspira confiança, Trevisan.

Perguntei o porquê, e até hoje me recordo como a resposta me impactou e me acompanharia por toda a vida:

– Você usou um lápis de grafite muito duro – disse o Libreti. E emendou:

– Escreva com um grafite mais macio para que fique bem forte no papel o que você está dizendo.”

Ordem na casa

“Já com a Trevisan, nós fomos contratados para fazer a primeira auditoria em uma empresa estatal, em 1984, com o ministro Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio (de saudosa memória; faleceu recentemente). Nós fomos auditar o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Em função da nossa auditoria, resultou a ordem dele para fechar o IBC e o IAA. Foi um trabalho muito difícil. Para se ter uma ideia, havia um ‘Departamento do Ponto’ no IBC, que dispunha de uma frota de fuscas para ir recolher os pontos nas casas dos funcionários. Isso mesmo: em vez de irem trabalhar e marcar seus pontos, os colaboradores ficavam em casa esperando que o IBC enviasse o ponto para as casas deles. A justificativa para isso era inacreditável: o número de funcionários alocados no IBC era tão grande que, se todos aparecessem para trabalhar, não haveria espaço para acomodá-los. Coisas como esta aconteciam porque até então não tinha havido nenhuma auditoria independente em estatais ou órgãos públicos. A Auditoria é indispensável para o bom funcionamento de qualquer organização.”



Plínio Biscalchin, 81 anos.

Coordenador da tradução da obra Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) no Ibracon

Tradução das IFRS

“Participo deste Instituto desde os anos 70, mas foi em 2010 que comecei a trabalhar, junto a uma equipe coordenada pelo Ariovaldo Guello, na tradução das International Financial Reporting Standards (IFRS). Desde então, tenho sido o responsável pela coordenação do trabalho de tradução do Livro IFRS para o português. Poucos têm ideia do trabalho que se faz. Traduzimos e revisamos as palavras-chave, depois traduzimos o livro de mais de 5.000 páginas que passa por uma revisão de consistência e, todas as mudanças, por uma revisão técnica de especialistas. No final diagramamos para ficar idêntico ao original e publicamos em formato digital. E de vez em quando ainda aparece uma pessoa “iluminada” querendo mudar uma palavra em uma norma, sem perceber que tem que se levar em conta o seu uso em todo o livro. Com jeitinho a gente explica e convence que não é possível. Acho que este será meu último ano. Não que eu não me sinta em condições de prosseguir, mas acho que está no momento de dar oportunidade para outros participarem.”



Eventos da IFRS Foundation em Londres



Foto: Ibracon

Entre os dias 30 de setembro e 3 de outubro, o Ibracon participou das atividades técnicas promovidas pela IFRS Foundation em Londres, na Inglaterra. A agenda teve início com o World Standard-Setters Conference (WSS), que reuniu mais de 150 entidades emissoras de normas de cerca de 70 jurisdições diferentes. Estiveram presentes: Francisco Sant’Anna, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, e Rogério Mota, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), que também representou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Mota foi um dos painelistas na discussão do tema “Atividades reguladas – uma prévia do próximo documento para consulta”.

Nos dias 1 e 2 de outubro, a IFRS Foundation promoveu o International Forum of Accounting Standard-Setters (IFASS); e no dia 3, realizou o Accounting Standards Advisory Forum (ASAF).

Ibracon prestigia o Troféu Transparência 2019

O presidente do Conselho de Administração (CA) do Ibracon, Eduardo Pocetti, e o presidente da 5ª Seção Regional, Carlos Pires, participaram da cerimônia de premiação das empresas vencedoras do 23º Troféu Transparência 2019, promovido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC).

Ibracon participa de atividades na IFAC



Foto: Ibracon

Monica Foerster, diretora de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon, e Renata Peppe, membro do Grupo de Trabalho FAPMP, participaram, entre os dias 21 e 23 de outubro, da reunião do Small and Medium Practices Committee (SMPC) da International Federation of Accountants (IFAC), em Nova York.

Ibracon no XVI Seminário Internacional do CPC



Foto: Tramma Fotografia Criativa

No dia 21 de outubro, o Ibracon prestigiou o XVI Seminário Internacional do CPC - Normas Contábeis, em São Paulo. Estiveram presentes Clinton L. Fernandes, diretor de Comunicação da Diretoria Nacional do Ibracon; Renato Postal, diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª Seção Regional do Ibracon; Rogério Mota, coordenador da CNNT; Silvio Takahashi, coordenador do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) e membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT); Cristiano Santos, membro do GT IFRS 16; Leandro Ardito, membro da CNNT do Ibracon; e Adriana Caetano, gerente Técnica do Ibracon.

Diretora do Ibracon participa de reunião no IAASB

A diretora de Administração e Finanças da 5ª Seção Regional do Ibracon e assessora Técnica no International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), Viviene Bauer, participou, entre os dias 29 e 31 de outubro, de reunião promovida pelo IAASB em Vancouver, Canadá.

II Conferência Anual da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

Rogério Rokembach, membro do Conselho de Administração do Ibracon e coordenador do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE) mantido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foi um dos palestrantes na II Conferência Anual da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, realizada no dia 9 de novembro, na cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, República de Cabo Verde.

Reunião entre Ibracon e CVM

No dia 10 de outubro, o presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, Francisco Sant’Anna, e o superintendente geral do Instituto, Marco Aurelio Fuchida, reuniram-se com o superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), José Carlos Bezerra. Realizado na sede da autarquia, no Rio de Janeiro, o encontro faz parte da agenda que o Ibracon mantém com a CVM para tratar de assuntos de interesse da atividade de Auditoria Independente e do mercado regulado pela Comissão.

Representantes do Ibracon ministram aulas na FEA/USP

No período de 23 de outubro a 8 de novembro, representantes do Ibracon conduziram um ciclo de aulas voltadas aos alunos de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA USP). As aulas foram ministradas por Silvio Takahashi, coordenador do Comitê de Normas de Contabilidade e membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas do Ibracon; Vivieni Bauer, diretora de Administração e Finanças da 5ª Seção Regional e coordenadora do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon; e pelo associado Cristiano Girolamo. A iniciativa teve apoio e supervisão do Prof. Dr. Joshua Onome Imoniana.

CGU e Comitê Gestor Pró-Ética

Representante do Ibracon Adelino Dias Pinho participou, no dia 2 de outubro, de reunião realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) com dirigentes das entidades que integram o Comitê Gestor do Pró-Ética, iniciativa desenvolvida pela CGU em parceria com o Instituto Ethos para fomentar a adoção de programas de integridade no setor empresarial brasileiro. O encontro aconteceu na sede da CGU, em Brasília.

Encontro com jornalista do jornal Valor Econômico

No dia 11 de outubro, o presidente do Ibracon, Francisco Sant'Anna; o superintendente geral do Instituto, Marco Aurelio Fuchida; e a gerente de Comunicação, Fernanda Rivelli, reuniram-se com a jornalista Raquel Brandão, do jornal Valor Econômico, para apresentar o Ibracon, falar de suas frentes de atuação e discutir pautas pertinentes à Auditoria Independente no Brasil.

Convenção paraibana contou com a presença do Ibracon

A VII Convenção Paraibana de Contabilidade, organizada pelo Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba (CRCPB), aconteceu de 24 a 26 de outubro em João Pessoa (PB). O evento reuniu mais de 300 participantes e contou com as presenças do presidente do Ibracon, Francisco Sant'Anna, e da diretora de FIRMAS de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), Monica Foerster, que foi debatedora no painel "Organizações sem fins lucrativos sustentáveis: posicionamento estratégico frente aos novos desafios pautados na responsabilidade, integridade e transparência".

Estudantes de Santa Catarina visitam sede do Ibracon



Foto: Ibracon

Pelo quarto ano seguido, estudantes do sexto período de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – Campus São Miguel visitaram a sede do Ibracon, na capital paulista. No encontro, ocorrido em 17 de outubro, a gerente Técnica do Ibracon, Adriana Caetano, fez uma apresentação sobre o Instituto e falou sobre as frentes de atuação do Ibracon como entidade representativa dos Auditores Independentes no Brasil.

Ibracon participa de Assembleia Anual da IFAC

O Ibracon participou, entre os dias 12 e 14 de novembro, de diversas reuniões com representantes da International Federation of Accountants (IFAC). As atividades aconteceram em Vancouver, Canadá.

A Assembleia Anual (2019 IFAC Council Meeting), promovida pela IFAC, teve a participação de Francisco Sant'anna, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon; da diretora de FIRMAS de Auditoria de Pequeno e Médio Portes do Ibracon e presidente do Small and Medium Practices Committee (SMPC) da IFAC, Monica Foerster; e de Guy Almeida Andrade, membro do Comitê de Nomeações da IFAC, nomeado pelo Ibracon e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

No dia 12, Sant'Anna reuniu-se com o vice-presidente da IFAC, Alan Johnson, para discutir a possível expansão de candidatos da América Latina para a participação no Comitê de Nomeações da IFAC.

Também estiveram presentes Idésio Coelho, vice-presidente Técnico do CFC e membro do Board da IFAC e Maria Clara, Cavalcante Bugarrim, presidente da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).

Na Suíça, Ibracon marca presença na 36ª reunião do ISAR

A diretora de FIRMAS de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon, Monica Foerster, participou da 36ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Normas Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR), realizada entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro, no Palácio das Nações, sede europeia da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, Suíça.



Ultrapassando fronteiras

Ingram Image

Parceria com outras entidades e novos cursos para a plataforma de ensino a distância trouxeram avanços importantes em 2019

Contribuir para o constante aprimoramento do profissional da Contabilidade no Brasil, valorizando sobretudo a Auditoria Independente, é um dos objetivos centrais do Ibracon. Neste sentido, o Instituto é uma das entidades capacitadoras do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todos os cursos ministrados pelo Ibracon contam pontos no PEPC do CFC e são conduzidos por profissionais de referência em suas áreas de atuação.

Anualmente, mais de 3.000 alunos acompanham os cursos oferecidos pelo Ibracon, seja presencialmente, seja por meio

do Ensino a Distância (EAD), modalidade que vem ganhando espaço na medida em que o tempo e a disponibilidade das pessoas ficam cada vez mais escassos. Inovar e aperfeiçoar os conteúdos oferecidos são desafios importantes, perseguidos continuamente pelos profissionais que atuam na área de Desenvolvimento Profissional do Instituto.

Em 2019, algumas novidades merecem ser destacadas, como veremos a seguir.

CURSOS EM PARCERIA

Dentre outras parcerias, destacamos a realização conjunta com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA), do curso

“Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles”. Totalizando carga horária de 64 horas, as aulas foram ministradas em agosto e setembro.

“Entendemos ser muito importante essa coesão para levarmos sempre o que há de mais atual e inovador ao nosso público”, afirmou o presidente do Ibracon, Francisco Sant’Anna, que deu ênfase ao alto nível do curso viabilizado graças à parceria firmada entre as entidades.

Adriana Caetano, gerente Técnica do Ibracon, e o associado Marcio Peppe integraram o time de instrutores do curso, que foi voltado ao aprimoramento e à instrumentalização dos membros dos comitês de Auditoria. Adriana e Peppe falaram sobre a responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração e revisão das Demonstrações Contábeis.

A simulação de situações práticas enfrentadas pelos profissionais que compõem esses comitês enriqueceu ainda mais o conteúdo do curso.

AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS EAD

Um dos novos cursos oferecidos na modalidade EAD em 2019 intitulou-se “IFRS 16 – Arrendamento Mercantil”. Voltado para Auditores Independentes e demais profissionais interessados no tema, o curso trata de um dos assuntos mais importantes deste ano para quem atua na área de Auditoria: a adesão à IFRS 16, obrigatória desde o mês de janeiro.

Por ser um curso a distância, diversos recursos didáticos são utilizados, tais como:

videoaulas, slides e leituras complementares. Tudo para que os alunos tenham condições de aprimorar seus conhecimentos, assistindo às aulas em qualquer hora e lugar.

Entre os tópicos, incluem-se a definição dos contratos de arrendamento e os aspectos de mensuração, contabilização e transição. Também há exposição de casos práticos. Ao final do curso, que tem carga horária de oito horas, é aplicada uma prova para testar os conhecimentos adquiridos.

A norma “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros” foi tema de outro curso disponibilizado pela plataforma EAD do Ibracon em 2019. Também com carga horária de oito horas, o curso trata das mudanças trazidas pela adoção da norma nos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, com modificações relevantes em classificação e mensuração, redução do valor recuperável (*impairment*) e contabilização de *hedge*.

TRANSMISSÃO DA CONFERÊNCIA PELA 6ª SEÇÃO REGIONAL

A 9ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, realizada pelo Ibracon no mês de junho, em São Paulo, foi transmitida em tempo real a partir de um polo de transmissão em Porto Alegre (RS) pela 6ª SR.

Na ocasião, o presidente da 6ª SR, Paulo Alaniz, definiu a experiência como “excelente”. De acordo com ele, “os participantes puderam acompanhar tudo o que foi discutido e enviar perguntas, como se estivessem presentes ao evento”, assegurou. ✓



Qualidade e livre-concorrência



Ingram Image

Cadastro Nacional de Auditores Independentes de Pessoas Jurídicas começa a valer em janeiro de 2020. Para as firmas de pequeno e médio portes, a novidade se reflete em melhoria do ambiente de negócios

O Cadastro Nacional de Auditores Independentes de Pessoas Jurídicas (CNAI-PJ), instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), estabelece uma série de mecanismos de controle e de reconhecimento da qualidade do serviço executado pelas firmas de Auditoria Independente. Busca, dessa forma, elevar o padrão de excelência do setor e, por extensão, valorizar ainda mais a Auditoria Independente e os profissionais da área.

O CNAI-PJ foi instaurado por meio da Resolução CFC nº 1.575, de 8 de agosto de

2019, e entrou em vigor no dia 27 do mesmo mês, data em que a Resolução foi publicada pelo Diário Oficial da União (DOU). Mas seus efeitos terão início apenas a partir de janeiro de 2020.

Vale ressaltar que todas as organizações contábeis que realizam serviços de Auditoria Independente e estão regularmente registradas no CRC terão direito ao registro no CNAI-PJ.

Para a manutenção das firmas de Auditoria no Cadastro, é necessário que pelo menos 50% dos seus sócios e todos os responsáveis

técnicos estejam com sua situação em dia no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - pessoas físicas.

Criado em 2005 por meio da Resolução nº 1.019, o CNAI é destinado a contadores aprovados no Exame de Qualificação Técnica (EQT) e que trabalham com Auditoria Independente em empresas reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Atualmente, o Cadastro é regulamentado pela Resolução nº 1.495/2015 e, conforme determina a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 12 (R3), os Auditores inscritos no CNAI devem cumprir, anualmente, o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC).



Francisco Sant'Anna, presidente do Ibracon

“O CNAI-PJ foi idealizado para criar um ambiente mais saudável de negócios, pois com ele haverá a promoção de maior controle sobre as firmas de auditoria, que não atuam no mercado regulado.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem atuado energicamente neste sentido, sendo um compromisso assumido por seu presidente, Zulmir Breda.”



Monica Foerster, diretora de FIRMAS de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon

CONCORRÊNCIA MAIS JUSTA

“As firmas de auditoria de pequeno e de médio portes (FAPMP) representam a maior parte do setor. Por meio do CNAI-PJ, teremos um mercado mais regulado, que permitirá às FAPMP mais oportunidades de atuação, com serviços de qualidade e dentro dos critérios que a profissão e o setor requerem.”

PEQUENAS E MÉDIAS FIRMAS

Para a imprensa, o presidente do CFC, Zulmir Breda, tem explicado que o CNAI-PJ representa o cumprimento de um compromisso do CFC com as pequenas e médias firmas de Auditoria, uma vez que o Cadastro contribuirá para romper as dificuldades que hoje impedem essas firmas de concorrerem livremente no mercado de Auditoria Independente. Com um mecanismo de asseguarção da qualidade das firmas, tem-se um ambiente mais favorável aos negócios e à livre concorrência, com a participação de todas as empresas de Auditoria, independentemente do seu porte.

A criação do CNAI-PJ envolveu a realização de estudos feitos, em 2018, por um grupo instituído pela Portaria CFC nº 304.

Por ora, a inscrição é facultativa. ✓

Foto: Ibracon

Foto: Ibracon



Pelo bem da profissão

Ingram Image

Membros do Ibracon compartilham com profissionais do CFC a responsabilidade pelo Exame de Qualificação Técnica, que é exigido dos Contadores que pretendem atuar com perícia contábil ou Auditoria Independente

A Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é mais um dos espaços em que o Ibracon se faz presente. Hoje, os membros do Instituto que integram esse grupo, conforme a Portaria CFC N.º 206, de 21 de agosto de 2019, são Carla Bellangero (RJ), Clinton Leandro Fernandes (SP), Maria Patrícia Agostineto (SP), Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff (RJ), Paulo Ricardo Pinot Alaniz (RS) e Ricardo Julio Rodil (SP).

São eles, ao lado de profissionais indicados pelo CFC, que garantem o bom andamento de tudo o que se relacione com o Exame de Qualificação Técnica (EQT), pré-requisito para se obter os registros no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Instituídos pela NBC PA 13(R2) e pela NBC PP 02, respectivamente, esses registros são exigidos do Contador que queira se inscrever no CNAI e/ou no CNPC, para atuação como Auditores Independentes nas organizações reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central, pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), ou na área de perícia contábil.

A IMPORTÂNCIA DO EXAME

O EQT foi instituído pelo CFC em 2004, com o objetivo de elevar o nível técnico e científico dos profissionais que atuam em Auditoria Independente. Ao longo

do tempo, passou por mudanças, especialmente a partir de 2016 (veja box), quando os interessados em atuar em empresas reguladas pela CVM passaram a fazer a prova específica, além da de qualificação técnica geral.

O exame consiste em cinco provas, que são aplicadas em dias consecutivos e avaliam o conhecimento e a competência técnico-profissional dos candidatos.

Qualquer profissional regularmente registrado no Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição, que exerça ou pretenda exercer as atividades descritas (de Auditor Independente ou perito contábil), como empregado, autônomo ou sócio de empresa de Auditoria, pode fazer o exame.

Quanto à periodicidade, o exame deve ser aplicado pelo menos uma vez por ano – ou mais de uma vez, a critério do Plenário do CFC –, em dia, data e horário anunciados via Edital pelo próprio Conselho. Em 2019 foram aplicadas duas provas.

CONTEÚDOS

A PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL ABORDA OS SEGUINTE TEMAS:

- Legislação e Ética Profissional; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

PROVA ESPECÍFICA PARA ATUAR EM AUDITORIA DE INSTITUIÇÕES REGULADAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM):

- Legislação Societária;
- Legislação e normas aplicáveis às instituições reguladas pela CVM;
- Língua Portuguesa Aplicada.

PROVA ESPECÍFICA PARA ATUAÇÃO NA ÁREA DE AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES REGULADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB):

- Legislação sobre a Profissão Contábil;
- Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas, editadas pelo CFC;
- Legislação e Normas do Sistema Financeiro Nacional (SFN);
- Conhecimento de Operações da Área de Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil e Contabilidade das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

PROVA ESPECÍFICA PARA ATUAÇÃO NA ÁREA DE AUDITORIA NAS INSTITUIÇÕES REGULADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP):

- Legislação sobre a Profissão Contábil;
- Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas, editadas pelo CFC;
- Normas e Procedimentos Contábeis e de Auditoria Aplicáveis às Entidades Reguladas pela Susep;
- Conhecimento da Estrutura do Sistema Nacional de Seguros Privados e das Operações da Área

de Entidades Reguladas pela Susep;

- Contabilidade das Instituições Reguladas pela Susep.

PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA PERÍCIA CONTÁBIL:

- Legislação Profissional;
- Ética Profissional;
- Normas Brasileiras de Contabilidade, Técnicas e Profissionais, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, inerentes à perícia;
- Legislação Processual Civil aplicada à perícia;
- Língua Portuguesa e Redação;
- Direito Constitucional, Civil e Processual Civil afetos à legislação profissional, à prova pericial e ao perito.

MUDANÇAS DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Em 2 de setembro de 2015, o CFC publicou, no Diário Oficial da União (DOU), a revisão da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC PA) 13, relativa ao Exame de Qualificação Técnica (EQT). Como já ocorria com os Contadores interessados em atuar como Auditores Independentes nas instituições reguladas pela Susep e pelo BCB, aqueles que pretendessem trabalhar com o mercado regulado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também passariam a ter uma prova separada daquela já aplicada aos candidatos interessados em atuar em entidades em geral. A mudança permitiria, inclusive, simplificar a prova aplicada aos Auditores que não atuassem em empresas do mercado regulado.

O EQT é uma certificação de qualidade exigida dos profissionais que exercem Auditoria Independente. Foi instituído pelo CFC em 2004.

Os mercados regulados têm exigências específicas. Por isso, além do EQT Geral, o CFC percebeu a necessidade de criar avaliações específicas. Além disso, esta foi uma providência alinhada com a alteração promovida no ano anterior (2014) pela NBC PG 12, que estabeleceu a necessidade de cumprimento da Educação Profissional também para os Auditores Independentes que não atuassem no mercado regulado pela CVM, BCB e Susep.

Ao ser aprovado no EQT geral, o Contador é automaticamente inscrito no Cadastro Nacional de

Auditores Independentes (CNAI). E, para permanecer neste cadastro, ele precisa participar do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), instrumento que assegura a contínua formação e capacitação profissional dos Auditores, elevando a qualidade do serviço prestado às empresas e, conseqüentemente, à sociedade.

Em 31 de maio de 2016, a Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) da CVM divulgou esclarecimentos relacionados ao EQT. Na ocasião, a CVM ressaltou que o EQT é um dos requisitos previstos na Instrução CVM nº 308/99 para a concessão do registro como Auditor Independente, e alertou para novas mudanças.

A NBCPA 13 (R2), em seu item 3, letra 'b', instituiu a prova específica para atuação em entidades reguladas pela CVM. Ou seja: a partir da entrada em vigor da NBCPA 13 (R2), em 1º de janeiro de 2016, o EQT já estava instituído como qualificação técnica necessária para obtenção do registro naquela autarquia.

O documento ainda deixava claro que, após a realização da primeira prova específica para a autarquia, não seria mais aceito o certificado de aprovação no Exame de Qualificação Técnica Geral, sendo automaticamente substituído pelo certificado de aprovação no EQT – CVM. ✓



Giro pelas Regionais

2ª Seção Regional

Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Sergipe

Representante da 2ª SR do Ibracon participa de reunião da CEPC



Foto: CFC

Nos dias 9 e 10 de outubro, diretores de Desenvolvimento Profissional do Ibracon participaram da reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O encontro aconteceu na sede do Conselho, em Brasília.

A 2ª Seção Regional do Ibracon foi representada pelo presidente Marcelo Galvão Guerra.

Ibracon 2ª SR prestigia palestra magna em comemoração ao Dia do Contador em Pernambuco

Em 27 de setembro, o diretor de Administração e Finanças da 2ª Seção Regional do Ibracon, Nelson Mitimasa Jinzenji, prestigiou a palestra magna promovida pelo Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE), em comemoração ao Dia do Contador, no dia 22. O encontro reuniu profissionais da Contabilidade, estudantes e representantes de entidades contábeis e empresariais e foi realizado na sede do CRC, em Pernambuco.

3ª Seção Regional

Rio de Janeiro e Espírito Santo

3ª SR do Ibracon promove o 6º Painel de Auditoria

A 3ª Seção Regional do Ibracon promoveu, no dia 7 de outubro, o 6º Painel de Auditoria e Contabilidade, que teve o objetivo de levar aos profissionais dos estados abrangidos pela regional os principais assuntos abordados durante a 9ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, realizada no mês de junho, em São Paulo. O evento foi realizado no Rio de Janeiro e contou com a presença de Francisco Sant'Anna, presidente da Diretoria Nacional, na sessão oficial de abertura: "Os profissionais da Contabilidade, em todas as vertentes de sua atuação, têm papel muito importante nesse processo de retomada da confiança e dos investimentos, à medida que seu trabalho confere mais credibilidade e transparência às demonstrações contábeis das empresas", ele declarou.

Em seu discurso, Paulo Buzzi Filho, presidente da 3ª SR do Ibracon, destacou a relevância dos temas e dos palestrantes.

Representante da 3ª SR do Ibracon participa de reunião da CEPC

Beatriz Gonçalves Nicolaci, diretora da 3ª Seção Regional do Ibracon, esteve presente à reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada nos dias 9 e 10 de outubro, na sede do Conselho, em Brasília.

4ª Seção Regional

Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goiás



Foto: Ibracon

4ª SR do Ibracon prestigia a XII Convenção de Contabilidade do DF

Hélio do Vale Ribeiro, diretor da 4ª Seção Regional do Ibracon, esteve presente à XII Convenção de Contabilidade do DF, realizada na Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), em Brasília.

Realizado em 25 de outubro, o evento foi organizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF) e teve como tema os impactos da era digital.

5ª Seção Regional

São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Representantes do Ibracon participam de reunião da CEPC

Diretores de Desenvolvimento Profissional do Ibracon e Seções Regionais participaram da reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada nos dias 9 e 10 de outubro, na sede do Conselho, em Brasília. Renato Barbosa Postal, diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª Seção Regional, foi um dos presentes.



Foto: Anéfác

Ibracon prestigia Troféu Transparência 2019

O presidente da 5ª Seção Regional, Carlos Pires, participou da cerimônia de premiação das empresas vencedoras do 23º Troféu Transparência 2019, que tem o objetivo de reconhecer e homenagear as empresas que demonstram mais clareza na divulgação das demonstrações contábeis. O evento aconteceu no dia 15 de outubro, em São Paulo. O Prêmio Troféu Transparência é uma iniciativa da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e a Serasa Experian.

Participação na Convecon



Foto: CRCSP

Carlos Pires, presidente da 5ª Seção Regional; Valdir Campos Costa, diretor da 5ª SR; e Luiz Claudio Gaona Granados, também diretor da 5ª SR, prestigiaram a abertura oficial da 26ª edição da Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo (Convecon), no dia 4 de novembro. O encontro aconteceu no Expo Center Norte, em São Paulo. O Ibracon manteve um estande no local.

A Convecon é organizada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) juntamente com o Ibracon e demais Entidades Congraçadas do Estado de São Paulo.

6ª Seção Regional

Rio Grande do Sul e Santa Catarina

6ª Seção Regional do Ibracon celebra parceria com Faculdade do RS



Foto: Ibracon

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento profissional dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis, a 6ª Seção Regional do Ibracon, com jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, celebrou, em outubro de 2019, acordo com a Faculdade Integrada de Taquara (FACCAT).

O presidente da 6ª SR, Paulo Alaniz, e a diretora de Desenvolvimento Profissional da Regional, Tanha Schneider, assinaram o termo, juntamente com o coordenador do Curso de Ciências Contábeis da FACCAT, Sérgio Antonio Nikolay.

Ibracon e CRCSC realizam reunião de planejamento para 2020



Foto: Ibracon

No dia 16 de setembro, o presidente da 6ª Seção Regional do Ibracon, Paulo Alaniz, reuniu-se com o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina (CRCSC), Marcelo Alexandre Seemann. O encontro aconteceu na sede do Conselho, em Santa Catarina, e teve o objetivo de estreitar o relacionamento entre as entidades.

Dentre as oportunidades de atuação conjunta está a transmissão ao vivo, para os profissionais da Contabilidade de Santa Catarina, da 10ª edição da Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, que o Ibracon realizará em São Paulo, em junho de 2020.

Para informações detalhadas, acesse o Portal Ibracon:
www.ibracon.com.br

Conheça as firmas de auditoria associadas ao Ibracon

Alagoas

Convicta Auditores Independentes S/S
Maceió, AL / Tel: (82) 3336-5479

Amazonas

Baker Tilly Brasil Norte S/S –
Auditores Independentes – EPP
Manaus, AM / Tel: (92) 3232-6046

Bahia

Audicont – Auditores e Consultores S/C
Salvador, BA / Tel: (71) 3341-8977

Ceará

Controller Auditoria
e Assessoria Contábil S/C
Fortaleza, CE / Tel: (85) 3208-2700

Dominus Auditoria Consultoria e
Treinamentos S/S
Tel: (85) 3224-6393

Distrito Federal

Alianzo Auditoria e Consultoria S/S Eireli
Brasília, DF / Tel: (62) 3087-0713

Audiger Auditores e Consultores
Brasília, DF / Tel: (61) 3328-2628

Global Auditores Independentes S/C
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-5494

Itecon Instituto Técnico de
Consultoria e Auditoria
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-7799

Goiás

Alianzo Auditoria e Consultoria S/S
Goiânia, GO / Tel: (62) 3087-0713

Masters Auditores Independentes S/C
Goiânia, GO / Tel: (62) 3224-6116

Minas Gerais

Baker Tilly Brasil MG Auditores
Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3118-7800

Fernando Motta & Associados
Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3221-3500

Nexia Teixeira Auditores
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3282-9939

Orplan Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3115-1400

Paraná

Bazzaneze & Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3322-9098

CPN Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3222-0048

Muller & Prei Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3078-9990

Pernambuco

Chronus Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3231-6563

Directivos Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3325-2251

Ferreira & Associados Auditores Independentes
Jaboatão dos Guararapes, PE
Tel: (81) 3453-5553

Guimarães & Associados Aud. e Cons. S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3465-0762

PHF Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3467-4565

Referencial Auditores e Consultores S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3421-9001

SA Leitão Auditores S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3366-9922

Rio de Janeiro

Advance Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2262-3047

Baker Tilly Brasil RJ Auditores
Independentes
Tel: (21) 3549-5399

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2156-5800

Criterio Auditores e Consultores
Associados S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2233-0977

Crowe Horwath Bendoraytes e
Cia Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3385-4662

Indep Auditores Independentes S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2263-5189

LMPG Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2524-0345

Loudon Blomquist Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2509-8658

Opinião Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2223-2785

RSM ACAL Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2159-8801

Walter Heuer Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2240-1332

Rio Grande do Sul

Arruda & Matos Auditores Associados S/S
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3072-5282

Maciel Auditores S/S EPP
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3037-5034

UHY Moreira Auditores
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3210-8000

Santa Catarina

Berkan Auditores Independentes
Blumenau, SC / Tel: (47) 3035-2668

Martinelli Auditores
Joinville, SC / Tel: (47) 2101-1900

Valutare Auditoria & Perícia Ltda.
Criciúma, SC / Tel: (48) 9992-6675

Sergipe

A Priori Auditores Independentes S/S
Aracaju, SE / Tel: (79) 3011-5005

Ricarte Contabilidade S/C LTDA
Aracaju, SE / Tel: (79) 2106-3800

São Paulo

4partners Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-2510

Alonso Barreto e Cia Auditores
Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-8310

Andreoli e Associados
Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5052-6250

Apply Auditores Associados
Santos, SP / Tel: (13) 3228-2700

Approach Auditores Independentes
Presidente Prudente, SP / Tel: (18) 3916-5185

Assessor Bordin Consultores
Empresariais Ltda
São Paulo, SP / Tel: (11) 3526-7346

Atac Auditores Independentes S/S
Santos, SP / Tel: (13) 3221-8879

Athros Auditores Independentes
São Caetano, SP / Tel: (11) 4435-7302

Audilink e Cia Auditores Ltda
São Paulo, SP / Tel: (11) 3819-2207

Audioesp Auditoria e Consultoria S/S
Campinas, SP / Tel: (19) 3255-7966

Audisa Auditores Associados
Santana de Parnaíba, SP / Tel: (11) 3661-9933

Auditora Brasileira S/S
Limeira, SP / Tel: (19) 3701-4718

AuditSafe Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 2122-0203

Azevedo Auditoria e Assessoria
Contábil Ltda.
Araçatuba, SP / Tel: (18) 3117-4500

As firmas estão listadas por estado, considerando a jurisdição de associação, que pode ser feita em mais de uma Seção Regional do Ibracon. A identificação do estado não significa a área geográfica de atuação, informação que deve ser consultada diretamente com a firma selecionada. O Ibracon não é uma instituição certificadora de seus associados.

BDO RCS

São Paulo, SP / Tel: (11) 3848-5880

BKR Lopes, Machado

Auditores e Consultores

São Paulo, SP / Tel: (11) 5041-4610

BLB Auditores Independentes

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3941-5999

Caaud Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 9.8609-7089

Cokinos & Associados Auditores

Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 5085-0280

Conaud Auditores Independentes S/C

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3931-1718

Confiance Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5044-0683

Consulcamp Auditoria e Assessoria

Campinas, SP / Tel: (19) 3231-0399

Cotrim & Associados Auditores

Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-9185

Crowe Macro Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 5632-3733

De Biasi Auditores Independentes

São José dos Campos, SP / Tel: (12) 2138-6000

Deloitte

São Paulo, SP / Tel: (11) 5186-1000

EY

São Paulo, SP / Tel: (11) 2573-3000

EXM Partners Assessoria Empresarial LTDA

Nova Ribeirânia, SP / Tel: (16) 3514-5300

Fabbri Auditores

São Paulo, SP / Tel: (11) 3141-0398

Factual Auditores Independentes

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3877-6569

Galloro e Associados Auditores

Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-0555

Geasc – Auditoria, Assessoria e Serviços Contábeis Ltda.

São Paulo, SP / Tel: (11) 2272-3501

Grant Thornton Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3886-5100

Hirashima & Associados

Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-0007

IRKO Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3218-2622

Irmãos Campos e Cerbocini

Auditores Associados

São Paulo, SP / Tel: (11) 3675-1228

JDM Auditores e Consultores S/C

São Paulo, SP / Tel: (11) 3872-1995

KPMG

São Paulo, SP / Tel: (11) 3940-1500

KSI Brasil Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3218-7795

LCC Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3798-3313

LM Auditores Associados

São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-3962

Lopes Auditoria e Contab. Ltda.

Piracicaba, SP / Tel: (19) 3434-3659

Magalhaes Andrade Auditores

Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 3814-3377

Mazars Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 3524-4500

Moore Stephens Lima Luchesi

Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5561-2230

Moore Stephens Prisma

Auditoria e Consultoria

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3019-7900

Nara-Koiseki Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-4156

Opinion Auditores e Consultores S/C

São Paulo, SP / Tel: (11) 3256-4864

Padiani Auditores Independentes S/S

Boituva, SP / Tel: (15) 3263-1798

Padrão Auditoria S/S

São Paulo-SP / Tel: (11) 5080-5855

Partnership Auditores e Consultores S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 3541-2992

Pemom Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 2619-0500

Peppe Associados Consultores

e Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5531-9975

PGBR Rodyo's Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 5082-1688

PKF Brazil Auditores e

Consultores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3070-1000

PP&C Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3883-1600

PwC

São Paulo, SP / Tel: (11) 3674-2000

RM Auditoria Contabil – S/S

Santos, SP / Tel: (13) 3222-5848

Rodl e Partner Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5094-6060

RSM Brasil CCA Continuity

Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 2613-0293

Sacho Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 2796-2977

SGS Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3862-1844

Simionato Auditores Independentes

Campinas, SP / Tel: (19) 3255-8040

Taticca Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-3000

Triade Auditores e Consultores

São Paulo, SP / Tel: (11) 3079-3022

Units Auditores e Consultores S/C

São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-3793

Unity Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 2869-8358

Upwards Auditores Independentes S/S EPP

São Paulo, SP / Tel: (11) 5503-6588

Base: dezembro/19



A Revista Transparência é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Secretário

Charles Krieck

Membros

Alexandre De Labetta Filho
Altair Tadeu Rossato
Carlos Augusto Pires
Eduardo Camillo Pachikoski
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Luiz Sergio Vieira Filho
Marcelo Galvão Guerra
Marco Aurelio de Castro e Melo
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Paulo Buzzi Filho
Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Paulo César Santana
Raul Correa da Silva
Rogério Costa Rokembach
Shirley Nara Santos Silva

DIRETORIA NACIONAL

Presidente

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Diretor Técnico

Valdir Renato Coscodai

Diretor de Administração e Finanças

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Rogério Hernandez Garcia

Diretor de Comunicação

Clinton Leandro Fernandes

Diretora de FAPMP

Monica Foerster

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

CONSELHO EDITORIAL

Adelino Dias Pinho

Alfried Plöger

Cláudio Sertório

Clinton Leandro Fernandes

Fábio Moraes da Costa

Fernanda Queiroz Rivelli

Marco Aurelio Fuchida

Paula Pavon

Renato Souza

Wellington Rocha

Colaboração

Shirlei Liberal Nogueira Lima

SEDE NACIONAL

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP

Fone: 55 (11) 3372-1223

www.ibracon.com.br

EXLibris

1998 comunicação integrada

Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP

Tel: (11) 3266-6088

contato@libris.com.br

www.libris.com.br

Jornalista Responsável:

Jayme Brener (MTb 19.289)

SEÇÕES REGIONAIS

1ª Seção Regional

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 98833-4414
ibraconprimeira@ibracon.com.br

2ª Seção Regional

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174, (81) 99191-0311
ibraconsegunda@ibracon.com.br

3ª Seção Regional

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção Regional

Rua Santa Catarina, 1630,
sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção Regional

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção Regional

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção Regional

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br

Redação e Edição:

Cláudio Camargo
Sílvia Lakatos

Projeto gráfico e Edição de arte:

Cesar Mangiacavalli

Impressão:

PifferPrint



Vivemos nossa transformação todos os dias

Inovadores, especialistas, digitais,
presentes, empreendedores,
resilientes, confiáveis, criativos,
inclusivos e globais.

**Somos assim.
Somos a KPMG.**

#KPMGTransforma



Baixe o APP
KPMG Brasil

kpmg.com.br



[/kpmgbrasil](https://www.instagram.com/kpmgbrasil)



TRANSPARÊNCIA NOS NÚMEROS DO SEU NEGÓCIO

TERCEIRIZAÇÃO DAS ROTINAS CONTÁBEIS E FISCAIS

outsourcing@bdo.com.br

Auditoria | Consultoria | Tax | Outsourcing

